

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 11, 12 e 13 de julho de 2026 • N° 2338 • R\$ 1,00

www.diariooacionista.com.br

Cardeal Tempesta

15º Domingo do Tempo Comum

PÁGINA 6

PROCURADOR-GERAL

PGJ diz que há ambiente no RJ voltado à corrupção

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), Antônio José Campos Moreira, afirmou que há um ambiente institucional no estado voltado à corrupção. A declaração foi dada em entrevista coletiva sobre o esquema de desvio de recursos públicos no Instituto Rio Metrópole, que resultou na prisão de seis agentes e no cumprimento de nove mandados de busca e apreensão. A ação penal foi ajuizada pelo Grupo de Atuação Especializada de Defesa da Integridade e Repressão à Sonegação Fiscal contra 11 pessoas denunciadas por crimes de organização criminosa, corrupção e fraude em licitação. "Isso talvez explique a situação de dificuldade financeira pela qual o nosso estado passa há décadas. Inúmeras estruturas do Estado, órgãos que deveriam prestar serviços ao cidadão, foram cooptadas por delinquentes, transformando essas estruturas em antros de corrupção, disse Moreira. Segundo ele, a investigação no Rio Metrópole envolve contrato no valor de R\$ 80 milhões. "Outros casos, de superlativa gravidade, também estão sendo objeto de investigação". Moreira esclareceu que a investigação foi instaurada antes mesmo do recebimento da documentação encaminhada pelo governo estadual, e que as informações posteriormente compartilhadas pelo Executivo contribuíram para aprofundar as apurações. **PÁGINA 5**

TERRAS RARAS

Lula: Brasil terá soberania financeira com minerais

PÁGINA 2

IPCA

Preço de alimentos recua, e inflação de junho cai a 0,16%

Os preços dos alimentos tiveram a primeira queda desde novembro de 2025 e ajudaram a inflação oficial fechar o mês de junho em 0,16%. O resultado mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o menor desde outubro de 2025. O dado de junho mostra que a inflação perdeu força pelo quarto mês seguido. Em maio, o índice era de 0,58%. Em 12 meses, o IPCA soma 4,64%, ainda acima da meta do gover-

no de até 4,5%, mas abaixo do acumulado até maio, quando era 4,72%. Em junho de 2025, o IPCA foi de 0,24%. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IPCA do mês passado veio abaixo da estimativa do mercado. O relatório Focus do Banco Central de segunda-feira com agentes do mercado financeiro, projeta que a inflação de junho ficaria em 0,32%. **PÁGINA 2**

CONGRESSO



MARCELO CASAL JR/ABRASIL

Por corrupção com emendas, Dino bloqueia R\$ 119 mi de Valdemar

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta sexta-feira o bloqueio de R\$ 119 milhões em bens que estão em nome do presidente do PL, Valdemar Costa Neto (foto). A decisão é um desdobramento da Operação Transparência, na qual a Polícia Federal (PF) investiga desvios de emendas. Na decisão, Dino apontou a suspeita de que Valdemar pode ter feito indicações irregulares de emendas mesmo sem exercer mandato parlamentar. Valde-

mar é ex-deputado federal. "Consoante atestam diálogos em aplicativos de mensagens e numerosas planilhas compartilhadas entre os investigados, Valdemar Costa Neto, sem exercer mandato parlamentar, parece ter atuado, até muito recentemente, como mandante do (re)direcionamento de valores públicos", afirmou Dino. De acordo com as investigações, as indicações irregulares de emendas ocorriam por meio de servidores da Câmara dos Deputados. **PÁGINA 7**

EUA

CNI pede negociação para evitar tarifas

Em carta conjunta, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Amcham e o U.S. Chamber pedem para autoridades defenderem a relação comercial estratégica entre os países e propor uma agenda de negociação estruturada em duas etapas, com foco em evitar a aplicação de tarifas adicionais na exportação de produtos brasileiros e tornar mais forte a relação comercial. O posicionamento ocorreu após a intensificação do diálogo bilateral, com a reunião entre os

presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump, em maio, durante a investigação aberta pelos Estados Unidos com base na Seção 301 da Lei de Comércio, instrumento usado para apurar práticas consideradas desleais por parceiros comerciais. O documento, assinado pelas três entidades, é direcionado aos ministros do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Marcio Elias Rosa; ao ministro das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA -0,25% / 172.020,68 / -426,90 / Volume: 20.858.552.230 / Negócios: 3.227.048				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,50% (jun.)	EURO turismo					
Mais Negociados				Majores Altas		Majores Baixas		Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA-15	0,41% (jun.)	Compra: 5,9546	Venda: 6,1346		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Taxa Selic	14,25%	CDI	14,75%	Compra: 5,1458	-0,41%		
PETR4	38,44	+1,77	+0,67	SNSYSF	1,64	+25,19	+0,33	ESTR4	2,60	-17,98	-0,57	EURO	Compra: 5,1516	Venda: 5,1522	
ABEV3	15,61	-1,70	-0,27	SEQL3F	0,070	+16,67	+0,010	FIEI3	10,10	-12,10	-1,39	BM&F/grama/RJ	R\$ 660,44	Compra: 5,1822	Venda: 5,3622
COGN3	2,21	-1,78	-0,04	SNSYS	1,75	+15,89	+0,24	AZTEF3	0,150	-11,76	-0,020	Poupança	0,6735%		
B3SA3	14,53	-0,34	-0,05	FSRF11F	0,08	+14,29	+0,01	AMBPF3	0,150	-11,76	-0,020				
BBD4	17,82	-0,56	-0,10	COCE3	36,00	+13,49	+4,28	REN11	5,32	-11,04	-0,66				
								FTSE 100	10.665,88	+0,13					

MERCADOS

Bolsa alcança maior valor desde 14 de maio; dólar recua

CAROLINE ARAGAKI/AE

Na máxima do dia, o avanço de 2,97% da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) nesta sexta-feira, conduziu o índice para o maior valor de fechamento, aos 177.866,37 pontos, desde 14 de maio e para a terceira semana consecutiva em alta (+2,18%). O IPCA de junho abaixo do esperado fortaleceu ainda mais a tese de que o Banco Central continuará cortando a taxa Selic, o que ajuda o lucro futuro das empresas e deixa a renda variável mais competitiva. De 79 ações, apenas Prio (-0,29%) cedeu.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou na máxima do dia, em alta superior à das Bolsas de Nova York e com giro financeiro de R\$ 24,99 bilhões. No mês, sobe 3,40% e no ano, 10,39%.

O IPCA subiu 0,16% em junho na margem, abaixo do piso de 0,26% das estimativas colhidas pelo Projeções Broadcast. No acumulado em

12 meses até junho, o índice subiu 4,64%, também aquém do piso do levantamento, de 4,75%.

Nesta sexta, o contrato do Brent para setembro caiu 0,38%, a US\$ 76,01 o barril, ainda que tenha subido 5,39% na semana. Para Gass, da GT Capital, o mercado foca no fato de que "aos trancos e barrancos, o Estreito de Ormuz continua aberto".

DÓLAR

O dólar emendou o terceiro pregão consecutivo de queda nesta sexta-feira, voltando ao nível de R\$ 5,10 no fechamento pela primeira vez desde meados de junho.

Com mínima de R\$ 5,099 no início da tarde, o dólar à vista terminou o dia em baixa de 0,28%, a R\$ 5,1084 - menor valor de fechamento desde 17 de junho. A moeda americana recua 1,17% na semana e 1,06% em julho, após ganhos de 2,38% no mês passado. As perdas no ano são de 6,93%.

MAIS DE 2 ANOS

Prazo de crédito antecipado para exportadores é ampliado

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os exportadores poderão ter acesso a crédito antecipado até pouco mais de dois anos antes do embarque da mercadoria. Em reunião extraordinária nesta sexta-feira, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou uma mudança nas regras do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) que amplia o prazo para liberação de recursos aos exportadores antes do embarque de produtos ou da prestação de serviços ao exterior.

Segundo o Ministério da Fazenda, a medida busca facilitar o acesso ao crédito, especialmente para micro, pequenas e médias empresas, e adequar o programa às novas regras do Seguro de Crédito à Exportação.

A resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e, segundo o governo, não gera aumento de despesas para o Tesouro Nacional.

O QUE MUDOU

Antes da alteração, o Proex permitia que o exportador recebesse os recursos do finan-

ciamento com antecedência de até 180 dias em relação à exportação.

Com a nova regra, esse prazo passa a ser de:

- Até 360 dias antes da exportação;
- Prorrogável até 750 dias, mediante pedido do exportador.

Na prática, empresas que precisam de mais tempo para produzir bens ou preparar serviços destinados ao mercado internacional poderão acessar o crédito com maior antecedência.

O QUE É O PROEX

Criado pela Lei 10.184, de 2001, o Programa de Financiamento às Exportações (Proex) é um instrumento do governo federal para incentivar as exportações brasileiras.

O programa oferece financiamento em condições semelhantes às praticadas no mercado internacional, permitindo que empresas brasileiras tenham acesso a crédito mais competitivo para vender produtos e serviços ao exterior. Desde 2024, o Proex também passou a oferecer financiamento na chamada fase pré-embarque.

Nota**ANP VAI MEDIAR DISPUTA ENTRE PETROBRAS E PPSA PARA ACESSO A INFRAESTRUTURAS DE GÁS**

A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou nesta sexta-feira, por quatro votos a um, proposta para que a agência atue por iniciativa própria na verificação de controvérsias entre a Pré-Sal Petróleo (PPSA) e a Petrobras, em relação ao acesso a gasodutos de escoamento e instalações de tratamento e processamento de gás natural do pré-sal. Para conduzir a apuração, será criada uma Comissão Especial na ANP, com base na Portaria Técnica ANP nº 254/2001, que regulamenta a resolução de conflitos prevista no art. 58 da Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo). O único voto contrário foi do presidente da agência, Artur Watt, que propôs uma diligência para aguardar a conclusão das negociações entre as duas empresas.

IPCA

Preço de alimentos recua, e inflação de junho cai a 0,16%

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Os preços dos alimentos tiveram a primeira queda desde novembro de 2025 e ajudaram a inflação oficial fechar o mês de junho em 0,16%. O resultado mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o menor desde outubro de 2025.

O dado de junho mostra que a inflação perdeu força pelo quarto mês seguido. Em maio, o índice era de 0,58%. Em 12 meses, o IPCA soma 4,64%, ainda acima da meta do governo de até 4,5%, mas abaixo do acumulado até maio, quando era 4,72%. Em junho de 2025, o IPCA foi de 0,24%.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IPCA do mês passado veio abaixo da estimativa do mercado. O relatório Focus da última segunda-feira, sondagem do Banco Central (BC) com agentes do mercado financeiro, projeta que a inflação de junho ficaria em 0,32%. Para o fim de 2026, a projeção do mercado é de 5,3%.

ALIMENTOS

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, os alimentos representaram a maior pressão de baixa de preços.

Confira os desempenhos e os impactos em pontos percentuais (p.p.):

- Alimentação e bebidas: -0,24% (-0,05 p.p.)
- Habitação: 0,63% (0,10 p.p.)
- Artigos de residência: 0,23% (0,01 p.p.)
- Vestuário: 0,17% (0,01 p.p.)
- Transportes: 0,17% (0,03 p.p.)
- Saúde e cuidados pessoais: 0,23% (0,03 p.p.)
- Despesas pessoais: 0,25% (0,02 p.p.)
- Educação: -0,02% (0,00 p.p.)
- Comunicação: 0,19% (0,01 p.p.)

Dentro do grupo alimentação, a alimentação no domicílio ficou em média 0,39% mais barata.

É a primeira deflação (inflação negativa) desde novembro de 2025 e o menor número desde agosto de 2025 (-0,83%). Já a alimentação fora do domicílio ficou em 0,15%.

Entre os produtos alimentícios, os que mais puxaram o IPCA para baixo foram:

- Café moído: -3,72% (-0,02 p.p.)
- Frutas: -1,58% (-0,02 p.p.)
- Carnes: -0,64% (-0,02 p.p.)
- Açai (emulsão): -14,41% (-0,01 p.p.)
- Óleo de soja: -2,78% (-0,01 p.p.)
- Tomate: -2,02% (-0,01 p.p.)

De acordo com o analista da pesquisa, Fernando Gonçalves, o recuo dos preços dos alimentícios mostram uma tendência e representam devolução de altas recentes e maior oferta de alguns produtos, como o tomate.

HABITAÇÃO

A maior pressão de alta ficou

com o grupo habitação. Dentro desse grupo fica o custo da energia elétrica, que subiu 1,53%, sendo o elemento que mais contribuiu para a inflação no mês. A explicação está na manutenção da bandeira tarifária amarela, com acréscimo na conta de luz de R\$ 1,885 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos, além de reajustes em Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Como o IPCA é um índice nacional, os reajustes locais entram no cálculo da inflação média do país.

TRANSPORTES

Dentro do grupo transportes, as passagens aéreas (7,12%) puxaram a inflação para cima, enquanto os combustíveis ficaram 0,48% mais baratos:

- etanol: -3,09%
- óleo diesel: -1,19%
- gás veicular: -0,19%
- gasolina: -0,12%

ESPALHAMENTO

O índice de difusão, que mostra o quanto a inflação está espalhada, foi de 54%, ou seja, mais da metade dos 377 produtos e serviços pesquisados pelo IBGE teve aumento de preço. O dado de junho é o menor desde outubro de 2025 (52%).

PREÇOS MONITORADOS

O IBGE desagra o IPCA em dois grupos, o de serviços, que traz os preços que sofrem mais influência do aquecimento ou esfriamento da economia - ou seja, mais suscetíveis à taxa de

juros - e o de preços monitorados, que costumam ser controlados por contratos, e os combustíveis.

Em junho, o grupo de serviços subiu 0,34%, menos que no mês anterior (0,40%). Já os monitorados variaram 0,29%, também menos que em maio (0,43%).

INFLAÇÃO OFICIAL

O IPCA é o índice utilizado pelo Banco Central (BC) para monitorar a política de meta de inflação.

A meta atual estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%.

Desde o início de 2025, o período de avaliação é referente aos 12 meses imediatamente passados e não apenas o alcançado no fim do ano (dezembro). A meta é considerada descumprida se a inflação estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

O IPCA apura o custo de vida para famílias com rendimentos entre um e 40 salários mínimos. Ao todo, são coletados preços de 377 subitens (produtos e serviços).

A coleta de preços é feita em dez regiões metropolitanas - Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre - além de Brasília e nas capitais Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju.

REUNIÃO

Lula diz que minerais críticos darão soberania financeira ao País

GABRIEL DE SOUSA, GABRIEL HIRABAHASI E RENAN MONTEIRO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou na reunião sobre minerais críticos nesta sexta-feira, que os materiais podem conceder uma soberania financeira e tecnológica para o Brasil. Segundo o presidente, a reunião foi feita para que o governo tomasse uma decisão sobre como será a condução da política sobre o tema daqui em diante.

"Nós precisamos tomar uma decisão do que o governo vai fazer com esse material estratégi-

co, que pode dar ao Brasil, não apenas a soberania do minério, mas pode dar soberania também financeira, pode dar soberania tecnológica e de conhecimento numa área em que a gente já sabe o que fazer", declarou o presidente.

O discurso de Lula divulgado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) foi marcado por recados para o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O presidente afirmou que o republicano teria "inveja" do conhecimento chinês sobre minerais críticos e que agora ele também precisará estar preocupado com o Brasil.

"Se o Trump está preocupado com a China, pode começar a estar preocupado com o Brasil, que nós vamos ser detentores de fazer as mesmas coisas, ou mais qualificadas, que o chinês faz", disse o presidente.

O presidente disse também que imaginava que o Brasil era "analfabeto" sobre minerais críticos, mas que a reunião desta sexta deixou claro o potencial brasileiro na produção de tecnologias de valor agregado no País. Em crítica a empresários, o petista disse que a elite brasileira é americanizada, mas também depende de outros países.

"A elite é muito americanizada, mas a agricultura depende do fertilizante russo e o comprador depende do povo chinês, então a gente compra fertilizante da Rússia e vem para a gente, minério de ferro também, não são os Estados Unidos que compram o nosso minério de ferro, é a China", declarou.

Ele defendeu também a participação governamental, dizendo que todas as inovações do tipo, como a do petróleo no século passado, tiveram a participação do Estado. Para isso, ele cobrou da Petrobras, dizendo que a empresa tem que ser a financiadora da inovação brasileira.

Marco legal para minerais críticos garante instrumentos de controle e financiamento

RENAN MONTEIRO, GABRIEL HIRABAHASI E GABRIEL DE SOUSA/AE

O vice-presidente, Geraldo Alckmin, defendeu nesta sexta-feira, que o marco legal sobre minerais críticos e estratégicos poderá garantir os "instrumentos de controle e financiamento" defendidos pelo governo para o

setor. O projeto de lei que busca criar a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos foi aprovado na Câmara em maio deste ano.

O texto está parado no Senado até agora em função das dificuldades do governo em alinhar os avanços de pautas com o presidente da Casa Alta, Davi Alcolombre (União Brasil-AP).

"O Brasil tem a segunda maior reserva de terras raras do mundo e pode trazer boas notícias, porque só temos estudado com profundidade 30% do território", declarou Alckmin. "O projeto de lei vai trazer o marco regulatório, instrumentos de controle, financiamento. Uma contribuição relevante para o nosso país; daí a importância da urgência desse

trabalho", reforçou.

A fala ocorreu durante reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com ministros, representantes do setor e especialistas. As chamadas terras raras estão dentro da categoria de minerais críticos e estratégicos. Logo, o projeto de lei já abarca essas três classificações no setor mineral.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

CARTA CONJUNTA

CNI pede negociação para evitar novo tarifaço dos EUA

Em carta conjunta, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Amcham e o U.S. Chamber pedem para autoridades defenderem a relação comercial estratégica entre os países e propor uma agenda de negociação estruturada em duas etapas, com foco em evitar a aplicação de tarifas adicionais na exportação de produtos brasileiros e tornar mais forte a relação comercial.

O posicionamento ocorreu após a intensificação do diálogo bilateral, com a reunião entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (foto) e Donald Trump, em maio, durante a investigação aberta pelos Estados Unidos com base na Seção 301 da Lei de Comércio, instrumento usado para apurar práticas consideradas desleais por parceiros comerciais.

O documento, assinado pelas três entidades, é direcionado aos ministros do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Marcio Elias Rosa; ao ministro



RICARDO STUCKERT/PR

das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira; ao representante de Comércio dos Estados Unidos, embaixador Jamie Green; e ao secretário de Estado americano, Marco Rubio.

A proposta do setor privado divide as negociações em duas fases: uma com ações de curto prazo e outra com medidas de longo prazo. Como prioridade imediata, pedem uma solução para a investigação sobre a Seção 301 que evite a aplicação de tarifas adi-

cionais sobre determinados produtos brasileiros.

Neste momento, as entidades sugerem que os esforços sejam concentrados em temas de alto impacto:

Maior acesso a mercados para determinados produtos, incluindo insumos industriais, bens de capital e produtos voltados à segurança energética, ao desenvolvimento de data centers e à infraestrutura de inteligência artificial;

Mais cooperação regulatória

para facilitar o acesso a mercados nos setores automotivo, farmacêutico, de saúde animal e de dispositivos médicos;

Apoio a extensão de longo prazo da moratória da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a isenção de imposto de importação para transmissões eletrônicas;

Mais agilidade no exame de patentes e redução do estoque de pedidos de patente no Brasil, especialmente nos setores de saúde e biofarmacêutico, além de fortalecer o combate à pirataria e à contrafação;

Avanço em uma cooperação acerca de minerais críticos sobre mapeamento geológico conjunto, pesquisa e desenvolvimento, investimentos para processamento e agregação de valor, assim como desenvolvimento de cadeias bilaterais de fornecimento seguras e resilientes; Implementação integral do Protocolo Anticorrupção do Acordo de Cooperação Econômica e Comercial (ATEC).

MAIO

Produção industrial cai em 9 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE

GABRIELA DA CUNHA/AE

A produção industrial recuou em nove dos 15 locais pesquisados em maio ante abril, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A queda nacional de 0,2% foi puxada pelos recuos mais intensos registrados na Bahia (-8,9%), em Mato Grosso (-3,2%) e na Região Nordeste (-3,2%). Também houve perdas em Minas Gerais (-1,7%), Rio Grande do Sul (-1,1%), Pará (-

1,0%), Espírito Santo (-0,5%), Rio de Janeiro (-0,3%) e São Paulo (-0,1%).

Na direção oposta, seis locais avançaram, com destaque para Ceará (3,2%), além de Pernambuco (2,4%), Santa Catarina (2,3%), Amazonas (2,1%), Paraná (1,4%) e Goiás (0,7%).

SP

A produção industrial de São Paulo recuou 0,1% em maio ante abril, na série com ajuste sazonal, segundo os dados do IBGE. Na comparação com maio de 2025, a produção industrial de São Paulo recuou 1,0%.

ANP

Combustíveis caem na 2ª semana de julho, com destaque para o diesel

DENISE LUNA/AE

Os preços dos combustíveis recuaram na semana de 5 a 11 de julho, com destaque para o diesel, segundo Levantamento de Preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O diesel, tanto o tipo S-10 como o S-500, teve queda de 0,7% na comparação com a semana anterior.

O preço médio do diesel S-10 passou de R\$ 7,02 para R\$ 6,97 o litro de uma semana para outra, e o S-500 caiu de R\$ 6,69 para R\$ 6,64 o litro. A gasolina também registrou queda de preços, de 0,4%, passando de uma média

de R\$ 6,61 na semana passada para R\$ 6,58 o litro esta semana. Já o preço médio do gás de cozinha recuou 0,1%, para R\$ 114,41 o botijão de 13 quilos de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

O diesel e a gasolina mais caros foram encontrados no Guarujá, em São Paulo, a R\$ 9,79 o litro cada um. O gás de cozinha com o preço mais alto, de R\$ 161,00 o botijão, foi registrado pela ANP em Uruguaiana, Rio Grande do Sul. Já o diesel mais barato, a R\$ 5,89 o litro, foi encontrado no Rio de Janeiro, enquanto a gasolina mais em conta, a R\$ 5,49 o litro, foi comercializada em Araraquara, SP.

ABCR

Fluxo total de veículos em estradas pedagiadas recua 0,8% em junho

GABRIELA JUCÁ/AE

O fluxo de veículos nas rodovias com pedágio no Brasil recuou 0,8% em junho, na comparação dessazonalizada com maio, segundo o Índice da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) elaborado em conjunto com a Tendências Consultoria. Já em relação a junho de 2025, o indicador registrou alta de 1%.

A queda na margem resultou do recuo de 1,1% no tráfego de veículos leves e da retração de 0,6% no segmento de pesados. No confronto interanual, porém, o desempenho foi puxado pelo aumento de 3,5% nos veículos pesados e pela alta de 0,2% nos veículos leves.

Segundo os analistas da Tendências Consultoria, Thiago Xavier e Felipe Melchert, a queda no tráfego de leves dá continuidade ao recuo observado em maio, mesmo em um mês marcado pelo feriado prolongado de Corpus Christi, favorável às viagens de lazer.

"Apesar de fatores positivos para a demanda das famílias, como a resiliência do mercado de trabalho, o aumento da massa de renda e medidas de estímulo ao consumo e renegociação de dívidas, como o Novo Desenrola, a circulação de veículos segue pressionada por condições macroeconômicas adversas, incluindo inflação ainda elevada, crédito mais restritivo e alto nível de endividamento das famílias", ponderam.

No caso dos pesados, os especialistas avaliam que o segmento devolveu parte da alta observada no mês anterior. Ainda assim, a leitura é de que o segmento mantém uma trajetória favorável nas comparações de médio e longo prazo. "Indica que o resultado recente está mais associado a uma acomodação pontual do que a uma inflexão da demanda por transporte de cargas", afirmam.

Nos últimos 12 meses, o fluxo de veículos avançou 2,2%, com aumento de 2,5% nos veículos leves e de 2,1% nos pesados.

DESEMPENHO REGIONAL

No Rio de Janeiro, o fluxo total de veículos caiu 0,8% em ju-

nho ante maio, como reflexo da queda de 2,5% nos pesados e do recuo de 0,4% nos leves. Frente a junho de 2025, porém, o índice avançou 1,8%, com crescimento de 4,9% nos pesados e de 1,2% nos leves. Nos últimos 12 meses, o indicador do total de veículos acumula alta de 1,7%.

Já em São Paulo, o tráfego pedagiado total registrou queda de 1,1% em junho na série dessazonalizada, na margem. Os veículos leves retraíram 0,9%, enquanto os pesados recuaram 0,6%. Na comparação anual, o índice subiu 0,3%, resultado da alta de 3% nos pesados e recuo de 0,5% nos leves. Em 12 meses, o fluxo total cresceu 1,9% em São Paulo.

EVEN RIO 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 14.160.506/0001-72 - NIRE nº 33.209.053.370

Extrato de Ata de Resolução de Sócia para Redução do Capital Social Resolvem as Sócios retificar a publicação de redução do capital social realizada em 19/03/2025 nos jornais Diário do Acionista e DOERJ, conforme Ata de Reunião de Sócios de 07/07/2026, para constar que a redução de capital social da Even Rio 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Sociedade"), datada de 26/06/2025, nos termos do art. 1.082, inciso I do Código Civil, realizar a redução do capital social por absorção de prejuízo da Sociedade no valor de R\$ 14.218.703,00 e, nos termos nos termos do art. 1.082, inciso II do Código Civil, realizar a redução do capital social por ser excessivo ao objeto da Sociedade no valor de R\$ 5.170.000,00. Tal redução produzirá efeitos decorridos 90 dias após a publicação deste extrato, sem a oposição de terceiros, com arquivamento da respectiva Alteração de Rerratificação do Contrato Social da Sociedade perante a Jucerja. Rio de Janeiro, 07 de julho de 2026. Even Rio 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda. p.p. Mariana Senna Sant'Anna e Claudia Regina Albuquerque.

EVEN RJ 09/11 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/ME nº 14.883.161/0001-85 - NIRE nº 33.209.152.661

Extrato de Ata de Resolução de Sócia para Redução do Capital Social Resolvem as Sócios retificar a publicação de redução do capital social realizada em 19/03/2025 nos jornais Diário do Acionista e DOERJ, conforme Ata de Reunião de Sócios de 07/07/2026, para constar que a redução de capital social da Even RJ 09/11 Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Sociedade"), datada de 26 de junho de 2025, nos termos do art. 1.082, inciso I do Código Civil, realizar a redução do capital social por absorção de prejuízo da Sociedade no valor de R\$ 4.053.985,00 e, nos termos nos termos do art. 1.082, inciso II do Código Civil, realizar a redução do capital social por ser excessivo ao objeto da Sociedade no valor de R\$ 72.944.215,00. Tal redução produzirá efeitos decorridos 90 dias após a publicação deste extrato, sem a oposição de terceiros, com arquivamento da respectiva Alteração de Rerratificação do Contrato Social da Sociedade perante a Jucerja. Rio de Janeiro, 07 de julho de 2026. Even RJ 09/11 Empreendimentos Imobiliários Ltda. p.p. Mariana Senna Sant'Anna e Claudia Regina Albuquerque.

EVEN-RJ 16/12 Empreendimentos Imobiliários LTDA.

CNPJ/MF nº 09.162.279/0001-84 - NIRE nº 33.207.990.261

Extrato de Ata de Resolução de Sócia para Redução do Capital Social Resolvem as Sócios retificar, em 07/07/2026, a redução de capital social da Even-RJ 16/12 Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Sociedade"), datada de 26/06/2025, nos termos do art. 1.082, inciso I do Código Civil, realizar a redução do capital social por absorção de prejuízo da Sociedade no valor de R\$ 6.945.744,00 (seis milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais) e, nos termos nos termos do art. 1.082, inciso II do Código Civil, realizar a redução do capital social por ser excessivo ao objeto da Sociedade no valor de R\$ 4.026.803,00 (quatro milhões, vinte e seis mil, oitocentos e três reais). Tal redução produzirá efeitos decorridos 90 (noventa) dias após a publicação deste extrato, sem a oposição de terceiros, com arquivamento da respectiva Alteração de Contrato Social da Sociedade perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 07 de julho de 2026. Even-RJ 16/12 Empreendimentos Imobiliários Ltda. p.p. Mariana Senna Sant'Anna e Claudia Regina Albuquerque.

VOLANS EVEN Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ/MF nº 08.604.066/0001-00 - NIRE nº 33.207.971.959

Extrato de Ata de Resolução de Sócia para Redução do Capital Social Resolvem as Sócios retificar a publicação de redução do capital social realizada em 19/03/2025 nos jornais Diário do Acionista e DOERJ, conforme Ata de Reunião de Sócios de 07/07/2026, para constar que a redução de capital social da Volans Even Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Sociedade"), datada de 26 de junho de 2025, nos termos do art. 1.082, inciso I do Código Civil, realizar a redução do capital social por absorção de prejuízo da Sociedade no valor de R\$ 25.319.621,00 e, nos termos nos termos do art. 1.082, inciso II do Código Civil, realizar a redução do capital social por ser excessivo ao objeto da Sociedade no valor de R\$ 7.770.000,00. Tal redução produzirá efeitos decorridos 90 dias após a publicação deste extrato, sem a oposição de terceiros, com arquivamento da respectiva Alteração de Rerratificação do Contrato Social da Sociedade perante a Jucerja. Rio de Janeiro, 07 de julho de 2026. Volans Even Empreendimentos Imobiliários Ltda. p.p. Mariana Senna Sant'Anna e Claudia Regina Albuquerque.

RAIE RIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

CNPJ/MF nº 19.566.988/0001-89 - NIRE nº 33.209.677.527

Extrato de Ata de Resolução de Sócia para Redução do Capital Social Resolvem as Sócios retificar a publicação de redução do capital social realizada em 19/03/2025 nos jornais Diário do Acionista e DOERJ, conforme Ata de Reunião de Sócios de 07/07/2026, para constar que a redução de capital social da Raie Rio Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Sociedade"), datada de 26/06/2025, nos termos do art. 1.082, inciso I do Código Civil, realizar a redução do capital social por absorção de prejuízo da Sociedade no valor de R\$ 20.096.360,50 e, nos termos nos termos do art. 1.082, inciso II do Código Civil, realizar a redução do capital social por ser excessivo ao objeto da Sociedade no valor de R\$ 65.370.211,50. Tal redução produzirá efeitos decorridos 90 dias após a publicação deste extrato, sem a oposição de terceiros, com arquivamento da respectiva Alteração de Rerratificação do Contrato Social da Sociedade perante a Jucerja. Rio de Janeiro, 07 de julho de 2026. Raie Rio Empreendimentos Imobiliários Ltda. p.p. Mariana Senna Sant'Anna e Claudia Regina Albuquerque.

LAMBDA EVEN RIO Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ/MF nº 10.156.774/0001-60 - NIRE nº 33.208.149.390

Extrato de Ata de Resolução de Sócia para Redução do Capital Social Resolvem as Sócios retificar a publicação de redução do capital social realizada em 19/03/2025 nos jornais Diário do Acionista e DOERJ, conforme Ata de Reunião de Sócios de 07/07/2026, para constar que a redução de capital social da Lambda Even Rio Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Sociedade"), datada de 26/06/2025, nos termos do art. 1.082, inciso I do Código Civil, realizar a redução do capital social por absorção de prejuízo da Sociedade no valor de R\$ 9.322.862,00 e, nos termos nos termos do art. 1.082, inciso II do Código Civil, realizar a redução do capital social por ser excessivo ao objeto da Sociedade no valor de R\$ 2.771.634,00. Tal redução produzirá efeitos decorridos 90 dias após a publicação deste extrato, sem a oposição de terceiros, com arquivamento da respectiva Alteração de Rerratificação do Contrato Social da Sociedade perante a Jucerja. Rio de Janeiro, 07 de julho de 2026. Lambda Even Rio Empreendimentos Imobiliários Ltda. p.p. Mariana Senna Sant'Anna e Claudia Regina Albuquerque.

LAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 04.963.945/0001-60

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 - (Em Reais)					Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 - (Em Reais)	
Ativo	2025	2024	Passivo	2025	2024	2025
Circulante			Circulante			
Caixa	10.428.658,55	10.344.391,06	Contas a Pagar	0,00	0,00	Receita Lucro Bruto
	80.452,52	0,00	Impostos e Taxa a Pagar	132.187,08	27.992,19	Receitas Financeiras
Imóveis a Venda	11.560.501,84	11.560.501,84	Obrg. Trabal. e Previdenciária	0,00	0,00	Receita Participações
	22.069.612,91	21.904.892,90	Dividendo a Pagar	274.862,03	274.862,03	1.346.077,77
				407.049,11	302.854,22	Despesas Operacionais
Ativo não Circulante			Patrimônio Líquido	21.662.563,80	21.602.038,68	Despesas
Investimento	0,00	0,00	Capital Social	1.000.000,00	1.000.000,00	180.343,11
Investimento CSSR	0,00	0,00	Reserva Legal	934.400,00	934.400,00	Resultado Operacional
Investimentos Equiv. Patrimonial CSSR	0,00	0,00	Outras Reservas	4.196.575,65	4.196.575,65	IRPJ
			Reserva de Lucro	4.030.909,56	4.030.909,56	CSLL
			Lucro Acumulado	11.500.678,59	11.440.153,47	121.147,00
Total Ativo	22.069.612,91	21.904.892,90	Total Passivo	22.069.612,91	21.904.892,90	Lucro Líquido do Exercício
						720.909,72
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 - (Em Reais)						
	Capital	Patrimonial	Reserva Legal	Reserva De Lucro	Lucro Acumulado	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	1.000.000,00	4.196.575,65	934.400,00	4.030.909,56	11.440.153,47	21.602.038,68
Distribuição de Lucro	-	-	-	-	-500.000,00	-500.000,00
Reclassificação	-	-	-	-	-160.384,60	-160.384,60
Reserva Lucro	-	-	-	-	-	0,00
Resultado Exercício	-	-	-	-	720.909,72	720.909,72
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	1.000.000,00	4.196.575,65	934.400,00	4.030.909,56	11.500.678,59	21.662.563,80

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026

Alexandre Soares R. da C. Ratto

Diretor Financeiro

CPF/MF 016.719.197-77

Carlos Henrique Ribeiro

Contador

CRC/RJ 07186/70 - CPF/MF 624.433.137-00

**EVENTOS CLIMÁTICOS**

Crédito emergencial está disponível para produtores rurais

Produtores rurais de Guaratinguetá e Osvaldo Cruz que tiveram prejuízos causados por eventos climáticos no primeiro semestre de 2026 poderão solicitar, a partir da próxima semana, crédito emergencial para auxiliar na recuperação da produção. A linha integra o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

A linha é destinada à recuperação de infraestruturas e ao restabelecimento da produção nas propriedades afetadas por eventos climáticos. Produtores de Guaratinguetá enfrentaram prejuízos causados por chuvas intensas, granizo e alagamentos, enquanto em Osvaldo Cruz os danos decorreram de vendavais e tempestades de granizo.

O financiamento oferece até

R\$ 50 mil por produtor, com juros de até 3% ao ano, com até 36 meses para efetuar o pagamento. Para solicitar o crédito, os produtores devem procurar a Casa de Agricultura da CATI ou o escritório do ITESP mais próximo de sua propriedade.

Segundo levantamento da Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI), mais de 200 produtores foram afetados nas duas cidades. Entre as culturas atingidas estão café e mamão, em Osvaldo Cruz, e arroz, leite, milho e soja, em Guaratinguetá.

Os eventos climáticos atingiram culturas representativas das duas regiões. Em Guaratinguetá, destacam-se a produção de leite e arroz. Em Osvaldo Cruz, os impactos alcançaram a cafeicultura, uma das principais atividades agrícolas da Nova Alta Paulista

SAÚDE

Prefeitura amplia exames oftalmológicos em mais de 95%

No Dia da Saúde Ocular, celebrado nesta sexta-feira a Prefeitura de São Paulo destaca a ampliação da assistência oftalmológica na rede municipal de saúde. Entre 2021 e 2025, a oferta de consultas, exames e cirurgias registrou crescimento expressivo, ampliando o acesso da população ao diagnóstico e ao tratamento de doenças que podem comprometer a visão.

Nesse período, o número de exames oftalmológicos praticamente dobrou, passando de 2.205.540 para 4.312.050, um crescimento de 95,5%. As cirurgias oftalmológicas aumentaram 70,3%, de 72.991 para 124.295, enquanto as consultas especializadas cresceram 52,7%, passando de 691.544 para 1.056.275.

A ampliação do atendimento continua em 2026. Entre janeiro e março, a rede municipal realizou 270.392 consultas com oftalmologistas. O avanço é resultado dos investimentos da Prefeitura na ampliação da oferta de serviços especializados e da integração entre a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e a

Secretaria Municipal da Educação (SME), que levou ações de diagnóstico precoce de alterações visuais para as escolas municipais.

O diagnóstico precoce transformou a rotina de Yasmin Lorraine Benedito Cardoso. Aos dois anos de idade, a mãe, Thayane Carolina Aparecida Benedito, percebeu que a filha assistia televisão muito próxima da tela e costumava tampar um dos olhos para enxergar. "Procurei a UBS e ela foi encaminhada para a AMA-E. Desde os três anos faz tratamento aqui. Mudou tudo. Eles fazem vários exames para encontrar o grau correto, acompanham toda a evolução dela e oferecem os óculos gratuitamente. Depois que começou o tratamento, ela nunca mais reclamou que não estava enxergando", conta Thayane.

Segundo a mãe, o acolhimento da equipe também foi fundamental durante o acompanhamento. "O cuidado vai além da consulta. A equipe sabe lidar com crianças com TDAH e outras condições. Para nós, foi um divisor de águas."

DIAGNÓSTICO PRECOCE

Além do atendimento realizado nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e nos serviços especializados, a Prefeitura ampliou o acesso ao cuidado oftalmológico por meio do Avanço Saúde Escolar Oftalmologia, desenvolvido em parceria entre a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e a Secretaria Municipal da Educação (SME). Entre novembro de 2023 e abril de 2026, a iniciativa realizou 285.325 avaliações em 664 escolas municipais, encaminhando 80.304 estudantes para consultas oftalmológicas e entregou gratuitamente 65.159 óculos aos alunos.

O programa leva equipes especializadas às unidades de ensino para a realização de triagens, consultas e exames. Quando necessário, os estudantes recebem gratuitamente os óculos ou são encaminhados para acompanhamento especializado na rede municipal de saúde.

A oftalmologista Caroline Naomi Silva Sato, da AMA-E Especialidades Campo Limpo, administrada pelo Einstein Hospital Israelita, explica que muitas doenças oculares evoluem sem

sintomas e podem ser identificadas apenas durante consultas de rotina. "Na infância, algumas alterações não causam nenhuma queixa porque um dos olhos consegue compensar o outro. Se elas não forem diagnosticadas e tratadas precocemente, podem comprometer a visão por toda a vida. Por isso, as consultas preventivas são fundamentais, mesmo quando a criança aparentemente enxerga bem."

Segundo a médica, os erros de refração, como miopia, hipermetropia e astigmatismo, estão entre os diagnósticos mais frequentes. Ela chama atenção, no entanto, para o aumento da miopia entre crianças e adolescentes. "A grande mudança dos últimos anos é o aumento da prevalência da miopia, associado ao uso intenso de telas e à redução das atividades ao ar livre."

Além das consultas periódicas, a especialista orienta pais e responsáveis a procurarem avaliação oftalmológica caso a criança apresente dificuldade para enxergar a lousa, aproxime-se muito da televisão ou dos livros, tenha dores de cabeça frequentes ou estrabismo.

SP, FRANCA E MOCOCA

Feirão oferece 130 cartas de crédito para compra de imóveis

Cerca de 130 Cartas de Crédito Imobiliário (CCI) estarão disponíveis nos próximos dias para famílias com renda de até três salários mínimos interessadas na aquisição do primeiro imóvel em empreendimentos localizados em São Paulo, Franca e Mococa, municípios em que os cidadãos podem acessar os subsídios em edições do Feirão Casa Paulista que serão realizadas no feriado prolongado. Ao todo, serão disponibilizados mais de R\$ 1,5 milhão em subsídios.

Serão oferecidas 61 cartas de crédito, no valor de R\$ 11 mil cada, para famílias interessadas na aquisição do primeiro imóvel em empreendimento localizado em Franca. Em Mococa, serão disponibilizadas 28 cartas de crédito, no valor de R\$ 10 mil cada. Já na capital, serão oferecidas 39 cartas de crédito, de R\$ 16



GOVERNO DO ESTADO DE SP/DIVULGAÇÃO

mil cada. Para participar, é necessário atender aos critérios do programa Casa Paulista - Carta de

Crédito Imobiliário: possuir renda familiar de até três salários mínimos; não possuir imóvel em seu nome; não ter finan-

ciamento imobiliário ativo; e não ter sido beneficiado anteriormente por outro programa habitacional.

10 JULHO

Estado de São Paulo faz parte da história da pizza no Brasil

A pizza ganhou uma data para ser homenageada no Brasil por meio da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo em 1985. Assim, nasceu o Dia da Pizza em 10 de julho, durante o encerramento de um curso estadual que elegeu as melhores receitas de muçarela e margherita.

O estado de São Paulo tem a maior porcentagem de pizzarias do país: 32,04% do total de 40.332, segundo levantamento realizado até dezembro de 2025. Pesquisas apontam ainda que São Paulo é a cidade que mais consome pizza no Brasil e a segunda colocada no mundo inteiro, perdendo apenas para Nova York.

De acordo com estimativas da Associação de Pizzarias Unidas do Brasil (Apurba), o Brasil consome cerca de 3,8 milhões de pizzas por dia, sendo 870 mil apenas na cidade de São Paulo. Isso equivale a 27 pizzas por habitante ao ano, aproximadamente duas por mês, um número que confirma o status da pizza como um dos alimentos mais

icônicos da vida paulistana.

Além disso, o Brasil é o 2º maior consumidor mundial de pizza. O mercado não para de crescer, pois em 2025 foram abertas 4.109 pizzarias, um crescimento de 6,26% em comparação a 2024.

A primeira pizzaria brasileira foi aberta em 1910, no bairro do Brás, na capital paulista. Administrada por imigrantes italianos que trouxeram a receita, a pizza, de início, não fez muito sucesso. Anos depois, em 1950, ela se tornou um prato muito popular no Brasil, tendo fama até hoje e fazendo parte da cultura do país.

A pizza chegou ao estado trazida pelos imigrantes italianos, que chegaram à capital paulista devido ao trabalho com o cultivo de café. Gradualmente, as pizzarias se espalharam por todas as localidades, com variações de recheios de acordo com os costumes locais e ingredientes disponíveis.

Em relação ao turismo gastronômico em São Paulo, vale destacar que a melhor pizza da

América Latina fica na capital paulista: a Leggera Pizza Napoletana, eleita pelo ranking "50 Top Pizza Latin America 2026". Inaugurada em 2013 na capital paulista, atualmente conta com uma unidade nos Jardins e outra em Perdizes. São Paulo ainda conquistou duas outras posições entre as dez mais bem colocadas do ranking: a QT Pizza Bar, que ficou em 3º lugar, e a Pizza da Mooca, que ficou em sétimo.

Além disso, foi inaugurada recentemente em São Paulo a Pizzaria Da Michele, do filme "Comer, Rezar, Amar", estrelado pela atriz Julia Roberts. A pizzaria, que é a primeira unidade na América Latina da rede italiana de Nápoles, está localizada em Pinheiros.

De acordo com o Sindbares/Abrasel, mesmo com a expansão de hambúrgueres, bowls e culinária oriental, a pizza continua sendo o prato mais pedido no delivery no Brasil. O setor se mantém como um dos mais sólidos do foodservice, impulsionado pela alta frequência de consumo,

forte apelo para grupos, percepção de bom custo-benefício e facilidade logística. Pesquisas indicam que há cinco sabores que, juntos, representam 80% dos pedidos no país. Eles são: Calabresa, Portuguesa, Marguerita, Frango com catupiry e Muçarela.

O mercado global de pizzas movimentada hoje cerca de US\$ 215 a 235 bilhões, com projeções indicando que o setor deve chegar a US\$ 340 bilhões nos próximos anos.

ORIGEM

A palavra "pizza" tem origem incerta, mas acredita-se que venha do latim *piceda*, que significa "objeto torrado pelo fogo", ou do grego *pitta*, que se refere a um "bolo" ou "torta". Outra teoria sugere a origem do termo do alemão antigo *bizzo*, que significa "pedaço" ou "mordida". O primeiro registro escrito da palavra "pizza" data do ano 997 d.C., em um documento latino manuscrito encontrado na cidade de Gaeta, na Itália.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DO 43º (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 43ª (quadragésima terceira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, nos termos da Cláusula Décima Terceira do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única do 43º Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização" conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("AET"), em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia **07 de agosto de 2026, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AET será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AET será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Conceder, ou não, um *waiver* para afastar a hipótese de configuração do Evento de Vencimento Antecipado descrito na Cláusula 11.1.1, subitem (vii) da Escritura de Emissão de Debêntures, em razão das decisões desfavoráveis, em primeira instância, nos autos nº (i) 5008468-51.2022.04.7208; (ii) 5023006-33.2023.8.24.0023; e (iii) 5010469-93.2022.8.24.0005; (ii) Aprovar a inclusão de nova disposição no âmbito da Cláusula 7 do Termo de Securitização, para estabelecer as hipóteses nas quais a Devedora poderá realizar ofertas de aquisição facultativa (*tender offer*) direcionadas aos CRI, em termos substancialmente iguais aos indicados a seguir: "7.7. Oferta de Aquisição Facultativa dos CRI. A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante solicitação prévia e por escrito da Devedora e com recursos por esta integralmente disponibilizados, realizar oferta de aquisição facultativa dirigida à totalidade dos Titulares dos CRI ("Oferta de Aquisição Facultativa"), com o objetivo de adquirir, total ou parcialmente, os CRI em Circulação. 7.7.1. A Oferta de Aquisição Facultativa será realizada em conformidade com a regulamentação aplicável, em especial a Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme em vigor, e deverá observar, no mínimo, os seguintes termos e condições: (i) será dirigida, de forma equitativa, a todos os Titulares dos CRI, sem distinção de tratamento; (ii) deverá conter todas as informações necessárias à tomada de decisão pelos investidores, incluindo, mas não se limitando a: (a) quantidade de CRI objeto da Oferta de Aquisição Facultativa e, caso seja estabelecido volume máximo para a Oferta de Aquisição Facultativa, o tratamento aplicável na hipótese de as manifestações recebidas superarem referido volume, observado, conforme aplicável e no que couber, critério de alocação proporcional entre os Titulares dos CRI aderentes; (b) preço de aquisição; (c) prazo de adesão; (d) forma de liquidação; e (e) eventuais condições precedentes; (iii) o prazo de adesão não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias, contados da data de divulgação da Oferta de Aquisição Facultativa; (iv) a liquidação financeira da Oferta de Aquisição Facultativa ocorrerá em uma única data, a ser indicada no respectivo comunicado de Oferta de Aquisição Facultativa, observado o intervalo mínimo de 16 (dezesesseis) dias e máximo de 31 (trinta e um) dias contados da divulgação do referido comunicado, conforme aplicável, bem como, no que couber, os procedimentos operacionais da B3 e do escriturador, sendo certo que o pagamento será efetuado em moeda corrente nacional; (v) a adesão à Oferta de Aquisição Facultativa será facultativa, irrevogável e irrevogável após sua formalização, ressalvadas as hipóteses previstas na regulamentação aplicável; e (vi) a Emissora poderá, a qualquer tempo, aprovar a alteração da Cláusula 7 do Termo de Securitização, para estabelecer as hipóteses nas quais a Devedora poderá realizar ofertas de aquisição facultativa ("Condição Suspensiva da Aprovação"), aprovar a alteração da Cláusula 9.4.2 do Termo de Securitização, para prever que os recebíveis ofertados em Substituição da Garantia Real Imobiliária poderão ser performados ou não performados, conforme definições constantes da Cláusula 1.1 do Termo de Securitização; (iv) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 9.4.2, item (i), do Termo de Securitização, para dispensar a exigência de que os recebíveis ofertados em substituição à Alienação Fiduciária de Imóvel possuam prazo superior à Data de Vencimento dos CRI; (v) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 9.4.2, item (ii), do Termo de Securitização, para estabelecer que a verificação de inadimplência dos recebíveis deve considerar exclusivamente inadimplimentos iguais ou superiores a 90 (noventa) dias, deixando de contemplar hipóteses de mera inadimplência; (vi) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 9.4.1, item (b), do Termo de Securitização, para prever que os recebíveis ofertados em Substituição da Garantia Real Imobiliária passem a compor a Razão Mínima de Garantia da Emissão, observado o percentual mínimo de 140% (cento e quarenta por cento), deixando de ser exigido que tais recebíveis, isoladamente, representem referido percentual em relação ao saldo devedor da Emissão; (vii) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 7.1 do Termo de Securitização para incluir a possibilidade de realização de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial dos CRI, a qualquer tempo, durante a vigência da Emissão, independentemente da ocorrência dos eventos atualmente previstos na referida cláusula, mediante o pagamento de prêmio de pré-pagamento de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano incidente sobre o saldo devedor dos CRI pelo prazo remanescente entre a data de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial dos CRI e a Data de Vencimento; (viii) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a inclusão de nova disposição no âmbito da Cláusula 7 do Termo de Securitização, para estabelecer que, na hipótese de realização de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, a Devedora deverá notificar previamente a Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da respectiva data de amortização, permanecendo aplicáveis, no que couber, os procedimentos de comunicação e operacionalização já previstos no Termo de Securitização; (ix) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 6.3, item (a), do Contrato de Cessão Fiduciária, para que passe a constar no rol de obrigações da Devedora e das Fiduciárias (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) que estas não devam "vender, ceder, transferir ou de qualquer maneira, gravar, onerar ou alienar quaisquer Recebíveis" e "também as frações ideais de imóveis atreladas a tais recebíveis, enquanto estiverem sujeitos ao Contrato de Cessão Fiduciária, bem como aprovar a exclusão do item (b) desta mesma Cláusula 6.3, para permitir à Devedora e às Fiduciárias a constituição de ônus e/ou a alienação das frações ideais livres dos imóveis onde estão sendo desenvolvidos os empreendimentos imobiliários listados no Anexo I do referido instrumento, observado exclusivamente que tais frações ideais não tenham tido créditos decorrentes de suas alienações a terceiros vinculados ao Contrato de Cessão Fiduciária; (x) Deliberar sobre a alteração da Cláusula 13.9.3 do Termo de Securitização para modificar o quórum necessário nas deliberações, passando a exigir o voto favorável de Titulares de CRI que representem 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação em primeira convocação e, em segunda convocação, 50% (cinquenta por cento) mais um dos presentes, desde que representem ao menos 30% (trinta por cento) dos CRI em Circulação; (xi) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditementos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima; e (xii) A autorização para a contratação do escritório PAPI, MAXIMIANO, KAWASAKI E ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ sob o nº 03.834.440/0001-32, como assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado, para a elaboração e celebração de quaisquer instrumentos relacionados às matérias aqui aprovadas, inclusive aditivos aos Documentos da Operação, para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRI e refletir as alterações necessárias. Caso plenamente aprovadas as matérias constantes nos itens (i) a (x) acima da Ordem do Dia acima, incluindo, especialmente, a matéria constante no item (viii), a Emissora divulgará, no 1º (primeiro) Dia Útil imediatamente após a realização da presente assembleia, um comunicado ao mercado de oferta de aquisição facultativa (*tender offer*), pelo seu valor nominal unitário dos CRI, a ser realizada em consonância com os termos e condições previstos na Resolução CVM 77 ("Oferta de Aquisição Facultativa" e "Volume Máximo da Oferta de Aquisição Facultativa"). Observados os procedimentos operacionais aplicáveis, a Devedora propõe, ainda, o pagamento de prêmio no valor correspondente a 4% (quatro por cento) do saldo devedor do valor nominal unitário dos CRI, apurado na data de liquidação da Oferta de Aquisição Facultativa, aos Titulares dos CRI que permanecerem titulares de CRI após a liquidação da Oferta de Aquisição Facultativa, a ser realizado no 30º (trigésimo) dia subsequente à data da realização da Aquisição Facultativa. Ainda, fica consignado que a Devedora só poderá desalienar quaisquer imóveis objeto da Alienação Fiduciária de Imóvel e tomar as demais providências necessárias à Substituição da Garantia Real Imobiliária após o integral pagamento aos Titulares dos CRI dos valores devidos em razão da sua adesão à Oferta de Aquisição Facultativa. Caso a Devedora não realize a Oferta de Aquisição Facultativa no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da realização da AET, as ordens do dia deliberadas e aprovadas na AET serão consideradas como não aprovadas, retornando a Devedora e os CRI ao status *quo ante*. A Securitizadora consigna que as condições necessárias para possibilitar a adesão pelos Titulares dos CRI à Oferta de Aquisição Facultativa, incluindo, sem limitação, preço, volume máximo, prazo de adesão, forma de liquidação, data de liquidação, destinação dos CRI adquiridos, eventuais condições precedentes e critério de alocação em caso de excesso de demanda, deverão constar do comunicado ao mercado de Oferta de Aquisição Facultativa, a ser divulgado pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, dirigida à totalidade dos Titulares dos CRI, observados os requisitos da regulamentação aplicável, em especial, no que couber, a Resolução CVM 77. Instruções Gerais: A AET será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AET para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBRAE43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identificação com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, registro de alteração ou contrato social consolidado, devidamente registrado no órgão competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: (a) qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e do Comitê de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a liberação do Ordem do Dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AET. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 11 de julho de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Alexandre Merino - Diretor de Securitização

PROCURADOR-GERAL

PGJ diz que há ambiente no Rio que favorece à corrupção

DOUGLAS CORREIA/ABRASIL

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), Antônio José Campos Moreira, afirmou que há um ambiente institucional no estado voltado à corrupção.

A declaração foi dada em entrevista coletiva sobre o esquema de desvio de recursos públicos no Instituto Rio Metrópole, que resultou na prisão de seis agentes e no cumprimento de nove mandados de busca e apreensão. A ação penal foi ajuizada pelo Grupo de Atuação Especializada de Defesa da Integridade e Repressão à Sonegação Fiscal contra 11 pessoas denunciadas por crimes de organização criminosa, corrupção e fraude em licitação.

"Isso talvez explique a situação de dificuldade financeira pela qual o nosso estado passa há décadas. Inúmeras estruturas do Estado, órgãos que deveriam prestar serviços ao cidadão, foram cooptadas por delinquentes, transformando essas estruturas em antros de corrupção", disse Moreira.

Segundo ele, a investigação no Rio Metrópole envolve contrato no valor de R\$ 80 milhões. "Outros casos, de superlativa gravidade, também estão sendo objeto de investigação".

Moreira esclareceu que a investigação foi instaurada antes mesmo do recebimento da documentação encaminhada pelo governo estadual, e que as informações posteriormente compartilhadas pelo Executivo contribuíram para aprofundar as apurações.

Para o procurador, o atual



DIVULGAÇÃO

momento de integração institucional favorece o combate às irregularidades nas estruturas do estado.

"Há hoje, no estado, um ambiente singular, com a chefia do Poder Executivo transitoriamente exercida pelo presidente do Tribunal de Justiça, magistrado de carreira. Isso tem possibilitado atuação integrada, mas com absoluta independência entre as instituições, no sentido de investigar crimes e atos de improbidade administrativa", afirmou.

Moreira disse ainda que foi estabelecido um fluxo independente para o encaminhamento dessas informações. A partir disso, foi instaurado esse procedimento e outros que estão em andamento.

Ao responder às perguntas dos jornalistas, o procurador es-

clareceu que "o legado que pode ser deixado [por esse governo] é, em termos pedagógicos, a necessidade de promover uma limpeza nas estruturas do estado.

"Estamos nos deparando com esquemas voltados ao desvio de recursos públicos em diferentes setores e buscaremos responsabilizar todos os envolvidos, inclusive pelas nomeações, indicações e pela formação desses núcleos de corrupção", concluiu.

O secretário do Gabinete de Segurança Institucional do Estado do Rio de Janeiro (GSI-RJ), Roberto Lisandro Leão, ressaltou que a integração entre os órgãos fortalece a proteção ao próprio estado. "Estabelecemos um fluxo permanente de auditorias, tanto na área de pessoal quanto na análise de contratos. Cria-

mos esse fluxo para que, identificados indícios de irregularidades, eles fossem encaminhados imediatamente ao Ministério Público. Todos os órgãos estão sendo auditados, o que reforça a importância dessa integração. Quem ganha com isso é a sociedade", afirmou.

O delegado André Timoni, representante do Comitê de Inteligência Financeira e Recuperação de Ativos (Cifra) da Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão do Ministério da Justiça, explicou a contribuição do órgão para as investigações patrimoniais, por meio da produção e difusão de informações estratégicas baseadas em relatórios de inteligência financeira e na movimentação dos recursos desviados, para aprofundamento das investigações patrimoniais.

MEDICAMENTO

Anvisa determina apreensão de lotes falsificados do Mounjaro

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou, nesta sexta-feira, a apreensão de lotes falsificados do medicamento Mounjaro. A medida foi tomada após a detentora do registro do medicamento identificar no mercado unidades com características divergentes das originais.

De acordo com a resolução publicada pela agência, os seguintes lotes não podem ser comercializados, distribuídos ou utilizados:

- Mounjaro 10 mg: lote 855044

- Mounjaro 15 mg: lotes D880403, MJR 257 e D854901
- As irregularidades incluem lotes não reconhecidos pela fabricante, números de série incompatíveis, dispositivos de aplicação fora dos padrões originais e erros de grafia na rotulagem.

PRODUTOS SEM REGISTRO

A Anvisa também proibiu a venda, distribuição, fabricação e divulgação de uma série de produtos sem registro, notificação ou cadastro na agência, fabrica-

dos por empresas sem Autorização de Funcionamento.

A medida atinge os itens das seguintes marcas:

- PSM Pennaforte Produtos Naturais Ltda. (CNPJ: 12.316.032/0001-80):
- Dia Forte Lótus Nutri
- Tribulus Terrestris com Maca Natumix
- Amora Branca Natumix
- Sucupira Natumix
- Espinheira Santa Natumix
- Mounjaro Natumix
- Ora Pro Nóbis Natumix
- Ozempic Natural Natumix.

- Bálsamos Jes Suplemento Natural Ltda. (CNPJ: 48.244.369/0001-76):

- Calm Je's
- Lipo Je's
- Bálsamo Je's Algas Marinhas
- Cura Je's
- Milagroso
- Liberta Álcool Je's
- Virtuosa Je's
- Ouvido Bem Je's
- Bálsamo Je's Colmavit 2
- Muwiz Indústria e Laboratório Ltda. (CNPJ: 08.787.804/0001-94):
- Mega Viril Lótus Nutri.

ZONA OESTE

Projeto de música e valorização do mangue conscientiza alunos no Rio

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL/ABRASIL

Alunos de escolas da Zona Oeste do Rio de Janeiro estão aprendendo, na prática, a importância de conservar o meio ambiente, ao mesmo tempo em que recebem formação musical do Projeto Flautistas da Marambaia. Desde fevereiro deste ano, as aulas são realizadas no Sítio Roberto Burle Marx, Patrimônio Mundial reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Além das lições de música, os estudantes vão receber informações sobre a biodiversidade e os ecossistemas marinhos e costeiros da região durante um passeio guiado, nesta segunda-feira, em dois horários; pela ma-

nha das 9h às 11h e à tarde das 13h às 16h.

Ação, junto com o Laboratório de Geografia Marinha e Gestão Costeira Integrada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GeoMarinha/UFRJ), propõe combinar o meio ambiente com o exercício artístico dos alunos por meio da música, da dança e do canto. As visitas vão ocorrer uma em cada semestre, sempre pela manhã e à tarde.

A intenção é aproximar crianças e jovens de Barra de Guaratiba e de bairros próximos dos ecossistemas da região, especialmente dos manguezais, além de estimular reflexões sobre a relevância da biodiversidade e da cultura.

O Projeto Flautistas da Marambaia foi criado em 2002 pela professora Claudia Ernest Dias,

na Escola Municipal Professor Vieira Fazenda, em Barra de Guaratiba, que como ela mesma diz, está localizada entre o mar e o manguezal.

"É uma escola que fica na beira do mar, colada no mangue. É uma escola muito inspiradora, com uma vista incrível e um meio ambiente muito diferenciado", disse em entrevista à Agência Brasil.

O começo veio do interesse dos estudantes de Guaratiba em aprender a tocar o instrumento, quando Claudia Ernest Dias, que trabalhava com educação musical na escola de música ProArte, em Laranjeiras, zona sul do Rio, levava alguns alunos de lá para tocar na Professor Vieira Fazenda.

"Assim foi criado um núcleo musical relacionado com o meio

ambiente, significa canções praias de compositores que remetem ao mar como Dorival Caymmi, Tom Jobim e Gilberto Gil", revelou, acrescentando que foram ensinadas também canções com referência ao mangue para que elas pudessem cantar e dançar.

Mas as ações não eram apenas musicais. A escola levava as crianças para o mangue ou para a beira do mar para que fizessem reconhecimento de território e, dessa forma, se sentissem valorizadas tendo a conscientização do retorno econômico vindo da atividade de catação de caranguejos. Era também uma forma de enfrentar o preconceito.

"O mangue nem sempre é associado a uma coisa boa, porque tem uma associação errônea de que é sujo e tem um odor forte.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist Arcebispo do Rio de Janeiro

15º Domingo do Tempo Comum

A semente caiu em terra boa e deu fruto. (Sl 64/65)

Celebramos neste domingo o décimo quinto do Tempo Comum; estamos em período de férias escolares, e muitas famílias programaram viagens, mas não podemos nos descuidar do nosso compromisso cristão de participar da Missa dominical, seja onde estivermos.

Os pais são exemplos para os filhos, e, se levam os filhos para a Igreja desde pequenos, eles irão se acostumando com o ambiente da Igreja e participarão com vontade, sem serem forçados por ninguém. Se os pais rezam e procuram ir à Santa Missa, sobretudo à dominical, os filhos seguirão o exemplo e farão o mesmo.

A liturgia deste domingo fala sobre os frutos e que devemos produzir "bons frutos", ou seja, a Palavra de Deus é a semente que é lançada em nosso coração, e, a partir da meditação da Palavra, deveremos produzir bons frutos. Daremos bons frutos sendo exemplo para os nossos filhos, meditando a Palavra de Deus e participando da Santa Missa.

A família é a Igreja doméstica. Os primeiros catequistas dos filhos são os pais. Com isso, os pais lançarão a semente, e essa semente se multiplicará, pois os filhos são chamados a cultivar essa semente para que produza muitos frutos. Nos dias de hoje, precisamos que essa semente seja lançada na terra e que produza frutos, para que a paz possa frutificar.

Durante a celebração da Santa Missa, participamos de duas grandes mesas: a da Palavra e a da Eucaristia. A Palavra anunciada deve penetrar em nosso coração para que, a exemplo dos discípulos de Emaús, o nosso coração possa "arder" e nossos olhos possam se "abrir" ao mistério da Eucaristia. Depois de nos alimentarmos dessas duas grandes mesas, estaremos aptos para anunciar o Evangelho e pedir aos ministros que levem a Eucaristia para aqueles que ficaram em casa e que não puderam se deslocar. Dessa forma, produziremos frutos, e esses frutos irão se multiplicar.

A primeira leitura da Missa deste domingo é do Livro do Profeta Isaías (Is 55,10-11). Nesse trecho, o profeta Isaías fala a respeito da Palavra de Deus, que, uma vez lançada sobre a terra, não volta vazia, mas fecunda a terra e produz os frutos. Não devemos deixar morrer a semente da Palavra, mas fazer com que ela frutifique em nosso coração, em nossa casa e em nossa família. A família deve se edificar sobre o alicerce da Palavra.

O salmo responsorial é o 64 (65), que diz em seu refrão: "A semente caiu em terra boa e deu fruto". Para que a semente dê fruto, é preciso irrigá-la e adubá-la. Podemos fazer isso participando da Eucaristia, exercendo a caridade para com o próximo e rezando a Deus diariamente. Se não criarmos uma intimidade com Deus por meio da oração, a semente da Palavra não produzirá frutos, pois é por meio da oração que entenderemos o que a Palavra quer nos dizer. E, cultivando uma vida de oração, seremos exemplo para os outros.

A segunda leitura da Missa deste domingo é da Carta de São Paulo aos Romanos (Rm 8,18-23). Paulo diz para a comunidade que os sofrimentos que passamos nesta vida presente nem são comparados com a glória que viveremos no céu. Os cristãos são chamados a vivenciar aqui na terra o Reino de Deus, tendo a esperança de viver esse Reino de maneira definitiva no céu. De fato, toda a criação aguarda ansiosamente o dia em que Cristo voltará em sua glória, julgará a cada um de acordo com a sua conduta e manifestará definitivamente o Reino de Deus. Mas, enquanto isso não acontece, devemos fazer frutificar o Reino de Deus aqui na terra, para vivenciá-lo de maneira plena no céu.

O Evangelho é de Mateus (Mt 13,1-23), e, no Evangelho deste domingo, Jesus senta-se às margens do mar da Galileia, e uma grande multidão senta-se ao redor dele para ouvi-lo. Semelhante ao que fazemos em toda Eucaristia, sentamo-nos ao redor da mesa da Palavra e da Eucaristia para escutar o que o Senhor tem a nos dizer. Jesus, como sempre, ensina por meio de parábolas. Ele ensinava sentado, a posição dos grandes mestres e dos sacerdotes, enquanto a multidão, atenta, escutava.

Jesus conta a Parábola do Semeador, que saiu para semear. Aconteceu que, enquanto semeava, algumas sementes caíram pelo caminho; algumas dessas sementes foram comidas pelos pássaros; outras caíram em terreno pedregoso, onde não havia muita terra. Outras sementes caíram no meio dos espinhos; os espinhos cresceram e sufocaram as plantas. Porém, outras caíram em terra boa e produziram frutos, à base de cem, de sessenta e de trinta por semente. E Jesus acrescenta: quem tiver ouvidos para ouvir, ouça.

Através dessa parábola que Jesus conta, podemos comparar a figura do semeador com Deus. Ele lança a semente da Palavra em nosso coração, e temos que estar abertos para acolher essa Palavra. O nosso coração não pode ser um terreno pedregoso ou como espinheiros que vão sufocar essa Palavra. O nosso coração tem que ser "terra boa", para poder acolher essa semente da Palavra e fazer com que essa semente produza frutos. A Palavra de Deus tem que ser semeada em nosso coração, e temos que multiplicar essas sementes e fazer com que elas produzam frutos. Nós produziremos frutos a partir do momento em que acolhemos essa Palavra e depois saímos para anunciá-la àqueles que ficaram em nossa casa, no trabalho, no bairro ou na escola.

Celebremos com alegria este décimo quinto domingo do Tempo Comum e acolhamos com alegria a Palavra do Senhor. A Palavra de Deus não pode entrar por um ouvido nosso e sair pelo outro, mas ela tem que ser acolhida e fecundada em nosso coração, para que possamos anunciar essa Palavra aos irmãos. Que, a partir da celebração de hoje, possamos entender a nossa missão.

Peçamos ao Espírito Santo o dom do entendimento e da sabedoria, e que ele nos explique todas as palavras e nos ilumine para que sejamos bons exemplos para os nossos filhos e netos, produzindo frutos por meio da oração e da partilha da Palavra.

CAIXAS

Justiça nega absolvição a fiscal que pegou propina de R\$ 1,5 mi

FAUSTO MACEDO
E FELIPE DE PAULA/AE

A Justiça negou absolvição sumária do auditor fiscal de Rendas João Zana, da Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento de São Paulo, denunciado pelo Ministério Público por supostamente receber caixas de propinas - ao todo, R\$ 1,5 milhão durante uma década, entre 2005 e 2015, de um empresário do ramo mobiliário do interior paulista. Ex-delegado regional tributário de Araraquara, Zana pediu ainda que não haja publicidade quanto ao seu nome em eventuais publicações oficiais futuras, o que também lhe foi negado.

"As publicações dos atos processuais no Diário Oficial da Justiça são obrigatórias por lei e constituem forma de dar publicidade aos atos do processo, sendo inerentes ao sistema processual brasileiro", advertiu o juiz da 2.ª Vara de Rio Claro, onde foi aberta ação penal em face do auditor fiscal. Para o magistrado, "eventuais abusos ou ilegalidades na divulgação por terceiros (mídia, imprensa) fogem ao controle jurisdicional no âmbito do processo, devendo ser objeto das providências cabíveis perante os órgãos competentes". "Não há previsão legal para que o nome do acusado seja omitido das publicações oficiais do processo."

Na mesma decisão foi indeferido o pedido de perdão judicial feito pela defesa do empresário Danilo Lunardi Scussolino que fechou acordo de delação premiada com o Ministério Público estadual e revelou detalhes da longa rotina de pagamentos ilícitos que teriam sido realizados por seu pai a João Zana por uma década.

As entregas das caixas eram realizadas de duas formas, segundo o Ministério Público: no estacionamento da própria delegacia da Receita estadual e em postos de combustíveis na rodovia que liga Rio Claro a Araraquara.

O processo por corrupção passiva foi aberto contra o auditor fiscal em abril. Danilo Scussolino também é réu, por corrupção ativa, porque também teria feito repasse de dinheiro a Zana, dando sequência aos pagamentos do pai para supostamente manter o negócio da família "a salvo" da fiscalização.

Em sua resposta à acusação, o auditor fiscal reiterou inépcia da denúncia, ausência de justa causa e nulidades probatórias. No mérito, a defesa de João Zana requereu a absolvição sumária, alegando ausência de prova da existência do fato típico e de sua autoria.

Quanto ao pedido de absolvição sumária, segundo o magistrado, a tese de defesa "não se enquadra em nenhuma das hipóteses do artigo 397 do Código de Processo Penal que autorizam o julgamento antecipado apenas diante de causa manifesta de exclusão da ilicitude ou da culpabilidade, de fato evidentemente atípico ou de extinção da punibilidade".

VANTAGENS

A denúncia do Ministério

Público descreve, de forma detalhada e individualizada, a conduta atribuída a João Zana: recebimento de vantagens indevidas entre 2005 e 2015 e posteriormente em 2016, em razão da função pública de auditor fiscal da Receita Estadual, com omissão ou retardamento de atos de ofício.

Para o juiz da 2.ª Vara Criminal de Rio Claro, "os elementos informativos colhidos na investigação indicam a existência de indícios suficientes de autoria e materialidade". Ele destaca as declarações de Danilo Scussolino em colaboração premiada, depoimentos de ao menos três testemunhas que confirmam a entrega de caixas fechadas e valores ao auditor fiscal e o próprio depoimento de João Zana, que confirmou sua ida à empresa pagadora "sem formalidades".

No entendimento judicial, a existência de certidões de dívida ativa e execuções fiscais com relação à empresa de móveis, apontada pela defesa de Zana como prova de "atuação regular" do fiscal, não afasta os indícios de que ele teria recebido propinas para omitir ou retardar atos de fiscalização - questão, segundo a decisão, que depende de instrução probatória aprofundada para ser esclarecida.

Sobre a alegação da defesa de que a Promotoria se escora exclusivamente nas declarações do delator "desprovidas de corroboração independente" o juiz anotou que isso "será oportunamente analisado quando do julgamento de mérito, após a produção de provas em contraditório judicial".

"Não há, portanto, qualquer causa manifesta de exclusão da ilicitude, culpabilidade, atipicidade ou extinção da punibilidade que autorize o julgamento antecipado da causa", segue a decisão. "O pedido de absolvição sumária é indeferido."

"O perdão judicial é benefício que, nos termos do acordo, será objeto de análise ao final da instrução processual, após oitiva de testemunhas e demais provas, quando se poderá aferir a efetividade da colaboração prestada", acentuou o juiz. "Não é possível, nesta fase processual, conceder antecipadamente o perdão judicial. O benefício está condicionado ao resultado da instrução e à comprovação da efetividade e utilidade das informações prestadas, o que será avaliado no momento oportuno".

O acordo de delação do filho do empresário foi fechado com a Procuradoria-Geral de Justiça e homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado. O Ministério Público, em contrapartida, comprometeu-se a propor o perdão judicial ao final da ação penal, condicionado à efetividade das informações prestadas.

Na resposta à acusação, Danilo Scussolino requereu a aplicação do benefício pactuado, sustentando que suas declarações contribuíram de forma determinante para o oferecimento da denúncia e que vem cumprindo integralmente as obrigações assumidas.

Nota**JUSTIÇA ELEITORAL BLOQUEIA R\$ 227 MIL DE EX-DE BOLSONARO POR DÍVIDA DE CAMPANHA**

O Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) determinou o bloqueio de R\$ 227.669,95 das contas de Ana Cristina Valle, ex-mulher do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e mãe do filho 04 dele, Jair Renan (PL-SC). Ela deve ressarcir de forma integral à União o montante que não teve aplicação comprovada na prestação de contas de sua campanha eleitoral de 2022. O valor bloqueado corresponde à quantia atualizada, com correção monetária, e inclui multa e honorários advocatícios. Ana Cristina disputou uma vaga de deputada distrital pelo PP, recebeu 1.485 votos e não foi eleita. De acordo com a Justiça Eleitoral do Distrito Federal, a campanha declarou despesas de R\$ 303.488,96 e deixou de comprovar a utilização de R\$ 134,4 mil.

ELEIÇÕES 2026

Redes sociais: MP recomenda medidas contra desinformação

GUILHERME MATOS/AE

O Ministério Público Eleitoral recomendou às plataformas digitais que adotem, para as eleições de 2026, medidas de combate à desinformação e à violência política.

O órgão pede remoção imediata de conteúdos ilícitos, a criação de canal de denúncias em português e a elaboração de plano destinado à prevenção e mitigação de riscos à integridade do processo eleitoral.

O documento foi emitido na segunda-feira passada, e assinado por Alexandre Espinosa Bravo Barbosa, o vice-procurador-geral eleitoral.

A recomendação do MP tem base em um conjunto de normas.

O documento cita resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre uso de tecnologias digitais nas eleições. Elas tratam de impulsionamento de conteúdo, uso de inteligência artificial e regras de transparência para as plataformas.

O MP menciona ainda decisões do Supremo Tribunal Federal sobre a responsabilidade

das big techs por conteúdo ilícito. Essas decisões definem deveres como manter canais de notificação, produzir relatórios de transparência e garantir representante legal no Brasil.

A Lei Geral de Proteção de Dados também aparece entre as referências. Ela é citada para embasar a exigência de transparência e a vedação ao uso de dados sensíveis em propaganda eleitoral.

Por fim, o documento cita decreto voltado a crimes contra mulheres. A norma prevê que as plataformas mantenham canais dedicados para notificação desses casos. Além disso, os prazos para remoção e resposta devem ser reduzidos. Também exige mecanismos de marcação e bloqueio automático para impedir o reenvio de conteúdos íntimos. Há ainda a previsão de que as plataformas reduzam rapidamente o alcance de ataques coordenados contra mulheres.

O documento traz dez recomendações dirigidas aos provedores de aplicação e às plataformas digitais.

A primeira pede que as empresas prestem informações às autoridades sobre o funciona-

mento de seus serviços. Isso inclui regras de moderação de conteúdo, sistemas de recomendação e relatórios de transparência.

A segunda recomenda a criação de um canal permanente e gratuito para receber denúncias de conteúdo ilícito. O canal deve ser acessível em língua portuguesa e garantir o direito de contestação a quem tiver conteúdo removido.

A terceira trata da remoção imediata de conteúdos e contas em casos de risco. Isso vale para atos antidemocráticos, violência política, desinformação e discurso de ódio. As plataformas podem ser responsabilizadas em caso de falha.

A quarta pede o uso de mecanismos técnicos para impedir que conteúdos já considerados ilícitos pela Justiça Eleitoral voltem a circular. A ideia é dispensar nova ordem judicial para cada reparação do mesmo material.

A quinta recomenda que as plataformas preservem o conteúdo removido. Isso deve ocorrer para viabilizar a apuração de responsabilidades.

A sexta pede que as empresas

não permitam impulsionamento de conteúdo ilícito, nem em buscas. As plataformas também devem manter um repositório público de anúncios políticos, com identificação de quem pagou e quanto foi gasto.

A sétima trata de conteúdo sintético gerado por inteligência artificial. O documento pede rotulagem clara desse material e reforça a proibição de deepfakes com voz ou imagem de candidatos nas 72 horas antes da eleição e nas 24 horas seguintes.

A oitava recomenda medidas para detectar e remover contas falsas, bots e redes de comportamento coordenado usadas para espalhar conteúdo político ilícito.

A nona pede limites ao microdirecionamento de propaganda eleitoral. As plataformas devem evitar segmentação baseada em dados sensíveis.

A décima recomenda que as empresas elaborem um plano de conformidade para prevenir riscos à integridade eleitoral. O plano deve prever avaliação de impacto, transparência periódica e capacitação de equipes, de forma proporcional ao porte econômico da plataforma.

STF

Tribunais alegam que supersalários vieram de férias e aposentarias

WESLEY GALZO/AE

Os sete tribunais de Justiça (TJs) acionados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na última segunda-feira, para apresentar informações sobre os pagamentos de penduricalhos que culminaram em supersalários, em possível violação à ordem judicial do STF sobre o tema, negaram irregularidades.

Em resposta aos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes, as cúpulas dos TJs de Goiás, Paraná, Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia e Distrito Federal justificaram que os pagamentos vultosos registrados nos primeiros meses foram ocasionados, majoritariamente, pelos pagamentos de férias não

gozadas e acerto de aposentadorias.

Segundo reportagem publicada pela Folha de S.Paulo, essas unidades teriam violado decisão do STF que limitou os pagamentos de verbas remuneratórias e indenizatórias ao máximo de 70% do teto do funcionalismo público, o que equivaleria a aproximadamente R\$ 78 mil. Em maio, os tribunais repassaram valores superiores a R\$ 400 mil a alguns juízes.

Ao acionar os tribunais, os ministros ameaçaram destituir a cúpula das instituições, caso fosse constatada violação à ordem do Supremo. Os quatro magistrados deram dois dias úteis para que as chefias apresentassem as suas justificativas e compartilhassem os contra-cheques individualizados de ca-

da magistrados, com os respectivos comprovantes dos pagamentos realizados.

O TJDF alegou, por exemplo, ter pago 55 dias de férias não usufruídas a uma juíza aposentada, o que resultou num repasse de R\$ 125 mil. A Corte argumentou que, apesar do montante, nenhuma verba remuneratória ultrapassou o teto do funcionalismo público de R\$ 46 mil. Segundo o tribunal, os benefícios pagos tinham caráter indenizatório ou não se enquadravam nos limites impostos pelo STF.

"Assim, os pagamentos efetuados às magistradas aposentadas, conforme as certidões anexadas, não decorreram da criação de nova verba, de interpretação ampliada de decisão do Supremo Tribunal Fe-

deral ou de mecanismo de superação do teto constitucional, mas de acertos funcionais decorrentes da aposentadoria, regularmente processados pela Administração e fundamentados em normativos vigentes", justificou.

Além das férias e aposentadorias, outras justificativas apresentadas para os altos salários foram a devolução de imposto de renda e contribuição previdenciária a pessoas isentas por doenças graves, a ajuda de custo por alteração de domicílio legal, os encargos de concurso e as diárias.

O TJ do Paraná justificou, por exemplo, que dois juízes tiveram ganhos elevados em junho graças ao recebimento de R\$ 69 mil por diárias vencidas referentes ao ano de 2024.

SÃO PAULO

Haddad diz que nem Doria nem Tarcísio queriam ser governadores

GEOVANI BUCCI/AE

O pré-candidato do PT ao governo de São Paulo, Fernando Haddad (foto), afirmou nesta sexta-feira, avaliar que tanto o atual governador, Tarcísio de Freitas (Republicanos), quanto seu antecessor, João Doria (então no PSDB), não tinham como objetivo permanecer no comando do Estado.

"Perdoe-me a sinceridade, mas eu acredito no que estou falando: tanto Doria quanto Tarcísio não queriam ser governadores, na minha opinião", disse Haddad. "Estavam de passagem, pensando em voos mais longos."

Embora setores da elite financeira e do Centrão defendessem sua candidatura à Presidência, Tarcísio sempre afirmou publicamente que disputaria a reeleição ao governo de São Paulo. Doria, por sua vez, pretendia concorrer ao Palácio do Planalto em 2022, mas não conseguiu viabilizar a candidatura diante de resistências internas e



JOSÉ CRUZ/ABRASIL

de uma divisão no PSDB.

"Ninguém pode ser condenado por ser ambicioso, por ter pretensões. Não é disso que estou falando", continuou Haddad. "Mas, quando você está em

uma cadeira, tem que estar pensando na sua missão naquela cadeira. Tudo bem ambicionar outras coisas, mas o que eu vi foi uma falta de foco no Estado."

O ex-ministro da Fazenda

afirmou ainda que as finanças de São Paulo passam por uma deterioração que não era vista desde antes do governo de Mário Covas (1995-2001). Segundo ele, o Estado só conseguiu encerrar o ano graças à renegociação da dívida promovida pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), aos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à venda da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), que teria injetado R\$ 13 bilhões nos cofres estaduais, apesar de, em sua avaliação, ter sido realizada por um preço baixo.

O petista disse ainda que São Paulo registrou, no ano passado, o maior déficit de suas contas públicas em muitas décadas e que a renegociação da dívida garantiu ao Estado uma folga anual de R\$ 11 bilhões. Segundo Haddad, as tratativas foram conduzidas por ele, a pedido de Lula, em conjunto com o então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

CONGRESSO

Corrupção com emendas: Dino bloqueia R\$ 119 mi de Valdemar

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta sexta-feira o bloqueio de R\$ 119 milhões em bens que estão em nome do presidente do PL, Valdemar Costa Neto.

A decisão é um desdobramento da Operação Transparência, na qual a Polícia Federal (PF) investiga desvios de emendas.

Na decisão, Dino apontou a suspeita de que Valdemar pode ter feito indicações irregulares de emendas mesmo sem exercer mandato parlamentar. Valdemar é ex-deputado federal.

"Consoante atestam diálogos em aplicativos de mensagens e numerosas planilhas compartilhadas entre os investigados, Valdemar Costa Neto, sem exercer mandato parlamentar, parece ter atuado, até muito recentemente, como mandante do (re)direcionamento de valores públicos", afirmou Dino.

De acordo com as investigações, as indicações irregulares de emendas ocorriam por meio de servidores da Câmara dos Deputados.

A PF apurou que funcionários da liderança do PL entravam em contato com uma servidora responsável pelo registro das emendas e solicitavam a inclusão das indicações de recursos em nome de Valdemar.

Em uma mensagem descoberta pelos investigadores, Garigham Amarante Pinto, apontado como interlocutor direto de Valdemar, procurou a servidora Mariângela Fialek para sa-



ABRASIL

ber se as indicações foram formalizadas.

"No dia seguinte (26/08/2025), Garigham cobra a Mariângela: 'Fechou o valor do Pres Valdemar?', uma provável referência ao presidente do PL. Mariângela responde: 'Se puder trocar tudo turismo ótimo'. Em resposta a essa mensagem, Garigham diz: '24 milhões tá bom', diz trecho da investigação.

EMENDAS

De acordo com o material apurado pela PF, foram registradas 21 emendas em nome de Valdemar, que totalizam R\$ 119 milhões, valor bloqueado pelo STF para garantir o ressarcimento em caso de condenação.

Os valores foram registrados entre os anos de 2024, 2025 e 2026.

A emenda com maior valor foi R\$ 24 milhões, destinada ao município de Porto Seguro (BA). Em seguida, aparecem duas emendas de R\$ 15,8 milhões e R\$ 11 milhões para Suzano (SP).

Os municípios de Mogi das Cruzes (SP), Rio de Janeiro, Caraguatuba (SP) e Dom Eliseu (PA) também receberam indicações de emendas do presidente do PL.

DINO

Na decisão em que determinou o bloqueio dos bens de Costa Neto, o ministro Flávio Dino ressaltou que o ex-deputado não tem direito à indicação de emendas.

"A espantosa ascendência que alguns servidores da Câmara dos Deputados parecem atri-

buir ao investigado Valdemar Costa Neto contrasta com a ausência de título jurídico que lhe permita dispor do orçamento público, sejam quais forem os valores, sejam quais forem os seus destinatários", afirmou o ministro.

Em nota à imprensa, a defesa de Valdemar Costa Neto disse que a decisão de Dino foi tomada a partir de "premissas frágeis e inferências subjetivas".

Os advogados também afirmaram que o presidente do PL não cometeu crime.

"Valdemar Costa Neto nega categoricamente a prática de qualquer crime. Não há qualquer prova, ou mesmo indício, de que tenha aderido conscientemente a um suposto esquema criminoso", afirmou a defesa.

VIOLÊNCIA

Congresso avança na aprovação de projetos para proteger mulheres

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

Decisões recentes na Câmara dos Deputados e no Senado trouxeram mudanças no combate à violência contra a mulher. Além da criação do Sistema Nacional de Enfrentamento da Violência contra Meninas e Mulheres, foi aprovada uma lei que aumenta a divulgação do canal de denúncias.

SISTEMA NACIONAL

Os deputados aprovaram na última terça-feira um projeto que cria o Sistema Nacional de Enfrentamento da Violência contra Meninas e Mulheres. O Projeto de Lei Complementar (PLP) segue agora para o Senado.

De acordo com o texto aprovado na Câmara, o Sistema Nacional pretende ampliar o enfrentamento à violência contra meninas e mulheres e fortalecer a rede de proteção e atendimento às mulheres.

A proposta do PLP é dar atenção especial às situações onde o risco de feminicídio seja iminente. O pacto, lançado em fevereiro, prevê atuação coordenada e permanente entre os Três Poderes com o objetivo de prevenir a violência contra meninas e mulheres no Brasil.

O projeto autoriza a União a destinar até R\$ 5 bilhões, distribuídos entre os anos de 2026, 2027 e 2028. A verba deverá financiar ações e fortalecer a política de proteção. A destinação de recursos

deve ocorrer no âmbito do Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio.

LIGUE 180

Outra aprovação visando a proteção das mulheres ocorreu no Senado, na última quarta-feira. O projeto aprovado determina a divulgação em larga escala do Ligue 180, o serviço telefônico de denúncias de violência contra a mulher. O texto já havia passado pela Câmara e segue para sanção do Presidente da República.

Com a nova lei, o serviço deve ser divulgado pelo governo federal em meios de comunicação de massa, locais públicos e privados de grande circulação de pessoas, tais como escolas, casas de espetáculos e outros locais de diversão, órgãos públicos, hospitais e meios de transporte de massa.

A ligação para o Ligue 180 é gratuita e mantém o sigilo de quem busca o serviço para pedir informações ou fazer denúncias.

A central funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana para acolhimento, orientação e registro de denúncias, destinado às mulheres em situação de violência.

É possível fazer a ligação de qualquer lugar do Brasil. No caso de mulheres que estejam no exterior, o serviço pode ser acessado via chat no WhatsApp, (61) 9610-0180. O serviço realiza atendimento em quatro línguas (português, inglês, espanhol e Libras).

CLIMA

El Niño aumenta risco de doenças infecciosas no Brasil

JULIANA DOMINGOS DE LIMA/AE

As variações climáticas extremas provocadas pelo El Niño, entre secas severas, chuvas intensas, e temperaturas acima da média, podem desencadear mais casos de doenças infecciosas como dengue, zika, chikungunya, malária, febre amarela e oropuche em regiões afetadas do Brasil, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), ligada às Nações Unidas.

Também pode haver mais internações por problemas respiratórios e cardiovasculares, especialmente entre crianças e idosos, provocadas pela fumaça de incêndios florestais, sobretudo na Amazônia e Pantanal.

O relatório divulgado na terça-feira, aponta o País como tendo risco médio de uma crise de saúde pública em 2026 em função desses impactos. O índice se baseia em condições estruturais e vulnerabilidades da população e dos serviços de saúde, que determinam como os efeitos são sentidos. A classificação é compartilhada por outros países latino-americanos, como Argentina, Bolívia e Peru.

Nas Américas, além de haver risco muito alto relacionado às arboviroses (doenças causadas por vírus transmitidas pela picada de mosquitos) - que se tornam altamente prováveis, com grandes consequências à saúde pública -, é quase certo que o estresse térmico esteja entre os principais impactos sofridos pela população.

O calor extremo é a maior causa de mortalidade relacionada ao clima, principalmente para os grupos mais vulneráveis: quem tem doenças preexistentes, idosos, bebês, gestantes e trabalhadores ao ar livre.

Ainda na categoria de risco muito alto para o continente estão doenças transmitidas pela água, como a cólera e a leptospirose, relacionadas ao maior volume de chuvas e enchentes; o risco de desnutrição com a perda de safras causada por inundações e secas; surtos de sarampo caso eventos extremos levem populações suscetíveis a se aglomerar.

Os cenários de seca ou excesso de chuvas também podem desencadear impactos na saúde mental de quem enfrenta perdas materiais e do meio de sustento, deslocamentos e falta de recursos básicos.

IMPACTOS

O relatório também destaca que as secas, chuvas intensas e inundações tornadas mais prováveis pelo El Niño neste ano e no próximo podem danificar ou interromper o funcionamento de serviços de saúde essenciais, restringindo o acesso à assistência médica durante e depois da emergência climática.

Nos anos de 1997-98, um dos eventos mais fortes de El Niño já registrados, chuvas excepcionalmente intensas no Peru e Equador causaram danos significativos na infraestrutura de saúde. Impactos semelhantes podem ocorrer em áreas vulneráveis, como o Sul do Brasil.

Mensagens de advogado do PL revelam desvio de emendas por Valdemar, diz PF

FELIPE DE PAULA/AE

Os investigadores da Polícia Federal (PF) responsáveis pela Operação Transparência - ofensiva que apura um esquema de desvio em série de emendas parlamentares do chamado orçamento secreto - chegaram ao nome do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, após analisar mensagens trocadas entre a ex-assessora do ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) (foto), Mariângela Fialek, conhecida como "Tuca", e Garigham Amarante Pinto, advogado que atua junto à liderança do partido no Congresso. Segundo a investigação, os dois teriam operado, a mando de Valdemar - que não exerce mandato eletivo - um esquema que desviou R\$ 119 milhões em emendas parlamentares.

Os advogados de Valdemar, Marcelo Bessa e Thiago Fleury, afirmaram que a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, de determinar a indisponibilidade de bens de até R\$ 119 milhões do presidente do PL se baseia em "premissas frágeis, inferências subjetivas e em uma indevida criminalização da atividade político-partidária". Segundo a defesa, é "natural e legítima" a atuação de Valdemar junto à bancada do partido.

Em uma das conversas coletadas pela PF, Mariângela Fialek pergunta a Nara Benedetti Nicolau Brum, servidora da Câmara dos Deputados lotada na liderança do PL, se ela havia repassado uma planilha da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). Nara responde: "As do Valdemar já estamos terminando de cadastrar", em referência, segundo a PF, às emendas comandadas pelo presidente do PL.

Principal alvo da Operação Transparência, Mariângela Fialek



ABRASIL

lek teve seu aparelho celular apreendido pela Polícia Federal em dezembro de 2025. Os investigadores constataram nas mensagens um "arranjo decisório paralelo" para a destinação de verbas públicas, no qual Valdemar aparece como responsável pela definição e pelo remanejamento de emendas.

Em outro diálogo, registrado em 25 de agosto de 2025, Garigham Amarante Pinto informa a Mariângela que havia marcado uma reunião com Valdemar às 10h30 e acrescenta: "Acho que ele vai jogar no Turismo os 24. Pode ser?". Em resposta, Mariângela pede calma e diz que informaria "quanto", acrescentando que já havia resolvido parte das indicações e que, até o fim do dia, repassaria os dados. Garigham então responde: "Pode colocar o máximo que der. Ele tá querendo Turismos".

No dia seguinte, o advogado do PL volta a procurar Mariângela e pergunta: "Fechou o valor do Pres Valdemar?". Ela responde: "Se puder trocar tudo turismo ótimo", ao que o advogado replica: "24 milhões tá bom".

Horas depois, Garigham informa que havia "voltado do VCN" - sigla que, segundo a investigação, faz referência a Valdemar Costa Neto - e combina um encontro com Mariângela. Em seguida, envia uma lista

com municípios, CNPJs e indicações relacionadas à área de Turismo. Para a Polícia Federal, o material indica que os R\$ 24 milhões discutidos nas mensagens correspondiam a emendas direcionadas por Valdemar.

Em 28 de agosto de 2025, Nara Brum encaminha a Mariângela uma planilha intitulada "Alteração em Turismo - VCN". Mariângela responde: "Já tenho", mas Nara esclarece: "Não, o Valdemar pediu pra trocar algumas das indicações que ele fez ontem em turismo, porque os municípios não iriam conseguir executar".

'Centralizam, processam e organizam' o esquema, pontua Dino.

Para o ministro Flávio Dino, as investigações da Operação Transparência indicam que Mariângela Fialek, Nara Benedetti Nicolau Brum e Garigham Amarante Pinto "centralizam, processam e organizam as indicações de emendas de Valdemar".

"O papel dos suspeitos é contabilizar e planilhar as indicações do presidente do PL, distribuindo seus interesses conforme as 'cotas' de cada parlamentar, de comissões ou mesmo da Mesa Diretora da Câmara. Em muitas conversações, observam-se claras manobras no sentido de realocar indicações de Valdemar conforme as diretri-

ATAQUES

Travessias em Ormuz diminuem, com operadores cautelosos

THAIS PORSCH/AE

As travessias de embarcações pelo Estreito de Ormuz caíram nos últimos dias, enquanto operadores permanecem cautelosos após a retomada de ataques entre os Estados Unidos e o Irã.

Segundo dados da Marine Traffic, as travessias confirmadas de embarcações pelo estreito caíram pelo segundo dia consecutivo, reduzindo para 22 travessias na quinta-feira, dia 9, ante 30 no dia anterior.

"A atividade permaneceu amplamente de baixo risco, com movimentos comerciais superando apenas ligeiramente o tráfego não comer-

cial. Os operadores continuaram a preferir a rota iraniana, enquanto a rota do Omã registrou apenas uma travessia, reforçando o impacto duradouro de incidentes de segurança recentes", escreveu a Marine Traffic na rede X.

Nenhum novo ataque físico foi registrado desde terça-feira passada em Ormuz, mas a escalada militar na região continua a pesar na confiança de que os esforços diplomáticos trarão estabilidade.

Nesta sexta-feira, o presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou que o cessar-fogo com o Irã "acabou", apesar da retomada dos contatos diplomáticos.

NEGOCIAÇÕES

Donald Trump diz que cessar-fogo com Irã acabou

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta sexta-feira, que o cessar-fogo entre Washington e Teerã "acabou", apesar da retomada de contatos diplomáticos mediados pelo Catar e da expectativa de continuidade das negociações técnicas sobre o programa nuclear iraniano.

Em publicação na Truth Social, Trump disse que "a República Islâmica do Irã nos pediu para continuar as 'negociações'" e afirmou que os Estados Unidos concordaram em manter o diálogo. No entanto, acrescentou que Washington deixou claro, "sem qualquer margem para dúvidas", que "o cessar-fogo ACABOU!".

A declaração representa uma mudança de tom em re-

lação às informações divulgadas mais cedo por autoridades americanas. Segundo uma fonte da Casa Branca ouvida pela Fox News, as negociações técnicas entre os dois países estavam previstas para continuar na próxima semana, apesar dos recentes confrontos no Estreito de Ormuz.

Também nesta sexta-feira, o New York Times informou que o Catar intensificou os esforços de mediação para evitar uma nova escalada militar, após dias de ataques e retaliações entre Estados Unidos e Irã. O jornal destacou que a trégua alcançada no mês passado permanecia frágil, enquanto ambos os lados mantinham uma retórica de confronto. Do lado iraniano, o governo reiterou que responderá a qualquer novo ataque contra sua infraestrutura.

SUSPEITA

Ataques aéreos não reivindicados atingem Irã após ação dos EUA

Uma série de ataques aéreos não reivindicados atingiu o Irã após os Estados Unidos afirmarem ter concluído sua ofensiva, reacendendo dúvidas sobre quem mais estaria atacando a República Islâmica.

Os bombardeios ocorreram na quinta-feira passada, quando o país se preparava para o enterro do líder supremo, aiatolá Ali Khamenei, e atingiram diferentes pontos do sul do Irã. As autoridades iranianas não atribuíram publicamente a responsabilidade a nenhum responsável, embora um parlamentar tenha feito uma advertência aos Emirados Árabes Unidos (EAU), acusando o país de dar apoio aos EUA na campanha contra Teerã.

Governos árabes do Golfo, alvo recorrente do Irã desde o início da guerra, em 28 de fevereiro, não comentaram imediatamente. Os novos ataques acontecem em um momento em que países da região e os EUA defendem que o Estreito de Ormuz - passagem estratégica para os mercados globais de energia - permaneça aberto à navegação, enquanto o Irã afirma que a rota deve ficar sob seu controle exclusivo e que navios deveriam pagar taxas a Teerã.

Antes do conflito, cerca de um quinto do petróleo e do

gás natural do mundo transitava por Ormuz. A restrição ao tráfego durante a guerra levou a uma crise global de energia, embora os preços do petróleo tenham recuado desde o pico de US\$ 120 por barril.

O Comando Central dos EUA (Centcom) disse que, por volta das 6h30 no horário local do Irã, havia concluído uma rodada de ataques que atingiu cerca de 90 alvos. Pouco depois, a imprensa iraniana e a mídia estatal relataram explosões e novos ataques nas províncias de Bushehr e Sistan e Baluchistão, além de cidades como Ahvaz e Chabahar. Um funcionário do Departamento de Defesa americano, sob condição de anonimato, afirmou que não houve novos bombardeios dos EUA após o encerramento da última leva na manhã de quinta-feira.

Em resposta, o Irã lançou uma ofensiva mais ampla no Oriente Médio, mirando Bahrein, Jordânia, Kuwait e Catar. Sirenes de alerta soaram nos quatro países e uma pessoa teria ficado ferida no Kuwait durante tentativas de interceptação por sistemas de defesa aérea.

O líder dos EAU, xeque Mohammed bin Zayed Al Nahyan, viajou ao Kuwait após os ataques iranianos para se reunir com o emir do país.

VENEZUELA

Delcy Rodriguez agradece Lula por ajuda humanitária

GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conversou por telefone nesta sexta-feira, com a presidente interina da Venezuela, Delcy Rodriguez (foto). No telefonema, Delcy agradeceu a Lula pela ajuda humanitária após os graves terremotos que assolaram o país no dia 24 de junho.

"Durante a conversa, os dois líderes trataram das perdas humanas e materiais provocadas pelos graves terremotos ocorridos em 24 de junho. A presidente Delcy agradeceu a ajuda humanitária enviada pelo Brasil e informou que as buscas pelas vítimas seguem em curso, bem como as ações de assistência à população afetada", disse a Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), em nota.

Ainda segundo a Secom, Lula se disponibilizou a continuar

dando auxílio para a Venezuela diante da crise humanitária. Desde os terremotos, já foram deslocadas para o país caribenhos seis aeronaves com 60 toneladas de suprimentos, além de medicamentos, um hospital de campanha, bombeiros, militares e técnicos da Defesa Civil e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

"Ao reiterar a solidariedade do povo e do governo brasileiros, o presidente Lula reafirmou a disposição do Brasil de continuar contribuindo para os esforços de reconstrução e para apoiar a população venezuelana neste momento de adversidade", declara a nota da Secom.

Segundo balanço desta quinta-feira, 9, os terremotos deixaram 3 889 mortos, 16.740 feridos e 17.907 desalojados, além de milhares de desaparecidos. Os sismos do dia 24 tiveram níveis de 7.2 e 7.5 na escala Richter..



WIKIPÉDIA

GUERRA

Zelensky cria comando especial da Ucrânia para ataques à Rússia

PATRICIA LARA/AE

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, anunciou que assinou um decreto sobre a criação de um comando especial dentro das Forças Armadas orientado para realizar operações de longo alcance sobre a Rússia.

"Este comando deve concentrar 100% dos recursos disponíveis para reduzir ainda mais e de forma significativa o potencial

bélico da Rússia. O comandante nesta área será forte e, certamente, o mais experiente", afirmou Zelensky em registro no X nesta sexta-feira.

O líder ucraniano afirmou ainda que será realizada uma transformação necessária das tropas de assalto. Há muitas questões e problemas a serem resolvidos, disse. Em primeiro lugar, na atitude em relação às pessoas, indicou. "Também ha-

verá mudanças no nível de comando das tropas de assalto", afirmou.

Citando o agravamento da crise de gasolina na Rússia, Zelensky disse que essa situação é justa já que decorre da resposta à relutância do presidente da Rússia, Vladimir Putin, em colocar um fim à guerra.

Uma refinaria de petróleo na região sul de Krasnodar, na Rússia, pegou fogo após um ataque

de drone ucraniano na madrugada de sexta-feira.

O líder da Ucrânia disse ainda que apresentou aos russos propostas para a paz, com apoio não apenas dos parceiros ao redor do mundo, mas também dentro do próprio círculo do presidente Putin. "Eles entendem o que está acontecendo e que não há alternativa à paz", afirmou. Esse sentimento na Rússia continuará a crescer, salientou.

SISTEMA FINANCEIRO

EUA sancionam financiador do líder do Irã e ameaçam isolar elite persa

LAÍS ADRIANA/AE

O Departamento do Tesouro dos EUA emitiu nesta sexta-feira, novas sanções contra o principal responsável pelas finanças do Líder Supremo do Irã, o aiatolá Mojtaba Khamenei, e casas de câmbio clandestinas do país persa. Em nota, o secretário Scott Bessent prometeu ampliar medidas para isolar o líder iraniano e a elite do país do sistema financeiro, preservando os ativos para a população de Teerã.

Facilitador financeiro do Irã,

Ali Ansari supervisiona uma rede global de ativos que beneficiam Khamenei e outros integrantes da elite do regime, informou o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (Ofac, na sigla em inglês).

"Ansari institucionalizou efetivamente o desvio de riqueza em larga escala, financiada publicamente para um extenso portfólio no exterior de imóveis e participações comerciais para enriquecer a si mesmo, as elites do regime - incluindo figuras seniores notáveis dentro do Gabi-

nete do Líder Supremo - e o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC)", afirmou o Ofac. Além de Ansari, as sanções atingem as principais casas de câmbio do Irã, responsáveis por mover bilhões de dólares anualmente em nome de bancos sancionados por meio de empresas fantasma para "esconder a atividade financeira ilícita do regime".

No comunicado e em publicação no X, Bessent ressaltou que os Estados Unidos continuarão a pressionar autoridades iranianas, especialmente Kha-

meni e a elite do regime.

"O tão aclamado Líder Supremo está se escondendo em reclusão enquanto seu regime se desfaz em pedaços. O Tesouro dos EUA continuará a utilizar cada ferramenta ao seu dispor para isolá-lo e outras elites do regime do sistema financeiro global", escreveu. "Vamos preservar esses ativos para a população iraniana".

Segundo o Ofac, as medidas também são uma resposta aos recentes ataques do Irã contra embarcações no Estreito de Ormuz.

GRÉCIA

Passageiro é parcialmente sugado por janela de avião após decolagem

Um passageiro foi parcialmente sugado por uma janela de um avião logo após a decolagem nesta sexta-feira, durante um voo da Ryanair entre a Grécia e a Alemanha. Pessoas que estavam sentadas próximas conseguiram puxá-lo de volta para dentro da aeronave.

Segundo um representante de um hospital grego, o homem, de 61 anos, foi atendido com lesões no pescoço e no ombro, além de queimaduras provocadas pelo atrito. O funcionário falou sob condição de anonimato porque não estava autorizado a comentar o caso publicamente.

O voo partiu pela manhã de Tessalônica, no norte da Grécia, com destino a Memmingen, cida-

de próxima a Munique, na Alemanha, e era operado pela Malta Air, subsidiária da Ryanair. Em nota, a companhia aérea informou que a aeronave "retornou a Tessalônica logo após a decolagem, depois que a janela de um passageiro se despreendeu durante o voo".

Ainda segundo a empresa, o pouso ocorreu normalmente e os passageiros desembarcaram de volta no terminal. Um dos ocupantes recebeu atendimento médico em solo, em Tessalônica. Posteriormente, uma aeronave substituta foi disponibilizada para concluir a viagem até a Alemanha.

Passageiros relataram à imprensa grega que ouviram um forte estrondo, as máscaras de oxigênio foram acionadas e o

avião começou a perder altitude. Uma passageira identificada apenas como Christina contou a uma rádio de Tessalônica que houve pânico a bordo e que um dos ocupantes foi parcialmente sugado pela janela.

"A cabeça, o pescoço e os ombros dele" ficaram para fora da aeronave, afirmou ela, acrescentando que passageiros que estavam ao lado conseguiram puxá-lo de volta. "A maioria das pessoas estava dormindo, com os olhos fechados. Ouvimos um barulho que parecia um pneu estourando, mas muito mais alto", relatou. "Percebemos imediatamente que a cabine havia perdido pressão, porque o avião começou a perder altitude. Houve

gritos, berros e muita confusão."

A aeronave envolvida no incidente era um Boeing 737-800, modelo com capacidade para até 189 passageiros. Segundo o site de monitoramento de voos FlightRadar24, o avião foi entregue novo à Ryanair em 2008.

De acordo com os registros de voo do FlightRadar24, cerca de seis minutos após a decolagem a aeronave alcançou mais de 15 mil pés (4.570 metros) de altitude e, em seguida, iniciou uma descida imediata até aproximadamente 6 mil pés (1.830 metros). O avião permaneceu voando por cerca de 30 minutos para consumir combustível antes de retornar a Tessalônica aproximadamente uma hora após a decolagem.